



UC/FPCE_2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A influência da sobrecarga cognitiva na
sugestionabilidade interrogativa avaliada pela GSS-1**

João Manuel Borges Dinis (e-mail: jmdinis.fpce@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em
Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em
Psicologia Forense, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Salomé
Pinho

A influência da sobrecarga cognitiva na sugestionabilidade interrogativa avaliada pela GSS-1

O principal objetivo desta investigação consistiu em analisar diferenças ao nível da sugestionabilidade interrogativa (SI), avaliada pela GSS-1, em função da indução de sobrecarga cognitiva. Adicionalmente, procurou-se estudar de que forma é que este tipo particular de sugestionabilidade se correlacionava com variáveis como a autoestima, a complacência, a atenção/funções executivas e a capacidade da memória da fonte da informação dos participantes. Realizaram-se ainda análises exploratórias para perceber de que forma os resultados de SI, facultados pela GSS-1, são devidos à internalização efetiva da informação sugestiva e/ou ao fenómeno da complacência. Foram criados dois grupos, o grupo de controlo e o grupo experimental (no qual os participantes realizaram uma tarefa de *span* de dígitos com vista à indução de sobrecarga cognitiva), ambos constituídos por 30 jovens adultos de ambos os géneros, com idades entre os 21 e os 34 anos.

Os resultados obtidos revelaram que a indução de sobrecarga cognitiva parece não influenciar os níveis de SI dos participantes, não se tendo observado diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos quanto às medidas de SI *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*. Relativamente às correlações entre a SI e as outras variáveis em estudo, observou-se que as medidas de SI supracitadas se correlacionaram positivamente com o número de erros cometido pelos participantes na tarefa de identificação da fonte da informação, o que revela que a capacidade de distinguir a origem das memórias pode ter implicações na SI. Não foram verificadas, no geral, correlações com significância estatística entre a SI e as restantes variáveis estudadas. Por fim, análises conduzidas com carácter exploratório parecem apontar no sentido de que as pontuações da GSS-1 decorrem de dois processos distintos. Enquanto as pontuações de *Cedência 1* parecem estar mais relacionadas com uma efetiva internalização da informação sugestiva, as pontuações de *Alteração* parecem decorrer, sobretudo, da ocorrência de comportamentos de complacência por parte dos participantes.

Palavras-chave: sugestionabilidade interrogativa, sobrecarga

cognitiva, autoestima, atenção/funções executivas, complacência, memória da fonte da informação.

The influence of cognitive overload on interrogative suggestibility evaluated by GSS-1

The main purpose of this investigation was to examine whether there are differences in the interrogative suggestibility (IS), as assessed by GSS-1, through an induction of cognitive overload. Additionally, we investigated how this particular type of suggestibility correlated with variables such as self-esteem, compliance, attention/ executive functions and source identification memory capacity. Exploratory analysis were also carried out in order to understand in which way the IS results, provided by the GSS-1, are due to effective internalization of suggestive information and/ or to compliance with the interrogator. Two groups were created, the control group and the experimental group (in which participants performed a digit span task for the induction of cognitive overload), both including 30 young adult males and females aged from 21 to 34 years.

The results revealed that IS levels appear not to be influenced by the induction of cognitive overload, neither significant statistical difference was detected between both groups on the IS measures: *Yield 1*, *Yield 2*, *Shift* and *Total Suggestibility*. In relation to the correlations between the IS and the other variables under study, we observed that the above IS measures were positively correlated with the number of errors made by the participants in the source identification task, indicating that the ability to distinguish the source of memories may have implications for the IS. In the opposite, almost of the remaining study variables did not show a significant correlation with IS measures. Finally, exploratory analysis conducted seems to point in that the GSS-1 scores arise from two distinct processes. While the *Yield 1* scores seem to be more related to effective internalization of suggestive information, *Shift* scores seem mostly to arise as the result of the participants' compliance behaviours.

Keywords: Interrogative suggestibility, cognitive overload, self-esteem, attention/ executive functions, compliance, source identification memory

Agradecimentos

Ainda que de diferentes formas, foram várias as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho e às quais não posso deixar de expressar a minha gratidão. Assim, agradeço:

- À Prof.^a Doutora Maria Salomé Pinho, pela qualidade e rigor da orientação;
- Aos meus pais, por me terem proporcionado a possibilidade de chegar até aqui e por nunca terem desistido de me mostrar qual o caminho certo a seguir;
- À minha irmã Xana, por estar sempre presente quando eu preciso;
- Ao meu sobrinho Salvador, porque a alegria que me transmite sempre foi uma enorme fonte de alento;
- À Tânia, porque nos momentos em que surgiram dificuldades sempre me ajudou a ultrapassá-las e a acreditar que tudo isto era concretizável;
- Aos meus amigos Rafa, Rodas, Tiago, João Sérgio, Zé Pedro, Carlitos e Rui Belo, não só por me terem acompanhado ao longo do percurso académico mas, também, porque me têm acompanhado ao longo da vida, proporcionando bons momentos de confraternização!
- A todas as pessoas que se disponibilizaram a participar nesta investigação, pois sem o seu contributo teria sido impossível realizar este trabalho;
- Às minhas colegas do Mestrado em Psicologia Forense, a quem desejo grande sucesso profissional!

A todos, um sincero obrigado!

Índice

Introdução (1)

I – Enquadramento Conceptual (2)

1. A história e evolução do conceito de sugestionabilidade (2)
2. A sugestionabilidade interrogativa como tipo particular de sugestionabilidade (5)
3. O modelo teórico de sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (6)
4. As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (8)
5. A Teoria da Carga Cognitiva (10)
6. Estudos com as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (11)
 - 6.1. Sugestionabilidade interrogativa e sobrecarga cognitiva (12)
 - 6.2. Sugestionabilidade interrogativa e complacência (15)
 - 6.3. Sugestionabilidade interrogativa e atenção/funções executivas (17)
 - 6.4. Sugestionabilidade interrogativa e autoestima (18)
 - 6.5. Sugestionabilidade interrogativa e memória da fonte da informação (19)

II – Objetivos (22)

III – Metodologia (23)

1. Amostra (23)
2. Procedimentos (24)
3. Instrumentos utilizados (25)
 - 3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – Versão 1 (25)
 - 3.2. Tarefa de *Span* de Dígitos (26)
 - 3.3. Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D (26)
 - 3.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (27)
 - 3.5. *Trail Making Test - A* e *Trail Making Test - B* (28)
 - 3.6. Teste da Barragem de 3 Sinais (28)
 - 3.7. Escala de Autoestima de Rosenberg (29)
 - 3.8. Questionário de Identificação da Fonte da Informação (30)

IV – Resultados (31)

1. Análise das diferenças entre grupos nas variáveis em estudo (31)
2. Análise das correlações entre a SI e as variáveis em estudo (34)
 - 2.1. Análise das correlações entre a SI e a autoestima (35)
 - 2.2. Análise das correlações entre a SI e a atenção/funções executivas (35)
 - 2.3. Análise das correlações entre a SI e a complacência (36)
 - 2.4. Análise das correlações entre a SI e a memória da fonte da informação (37)
3. Internalização da informação sugestiva *versus* complacência nos resultados da GSS-1 (38)

V – Discussão (40)

VI – Conclusões (49)

Bibliografia (52)

Anexos (59)

Anexo I (60)

Anexo II (61)

Introdução

De acordo com Fonseca, Matos e Simões (2008), a expansão da psicologia para os domínios da justiça (direito) tem vindo a ocorrer de uma forma permanente e sustentada, a partir das últimas décadas do século XX.

Ao ser consultada literatura sobre a relação entre estas duas áreas do saber, é possível notar que emergem vários termos para designar a aplicação da psicologia ao sistema legal (e.g., psicologia legal, psicologia jurídica). Contudo, a designação que tem vindo a ser mais utilizada é a de psicologia forense, a qual pode ser definida como “uma disciplina que pretende dar resposta às questões científicas e práticas que o sistema de justiça coloca aos psicólogos que nele trabalham” (Goldstein, 2003 como citado em Fonseca, 2006, p. 3). Assim, podemos dizer que aquilo que se espera dos profissionais de psicologia que trabalham neste âmbito é que contribuam para que sejam tomadas decisões judiciais mais eficazes e justas (Fonseca, Matos, & Simões, 2008).

Partindo desta conceção, uma das áreas de investigação da psicologia forense incide sobre os processos psicológicos que estão na base da inexactidão dos depoimentos das testemunhas, sendo que, tais processos, envolvem características do funcionamento mnésico e fatores sociais em interação complexa (Wells, Mermon, & Penrod, 2008). Existem casos, nos quais ocorreram erros judiciais, que têm demonstrado que a memória humana como fonte de informação pode ser inexata e falível, tornando-se possível concluir que a prova baseada na memória das testemunhas é subjetiva e passível de ser contaminada, perdida ou destruída, tal como acontece com a prova material (Pinho, 2008; Pires, 2011). Ainda a este nível, é importante referir que existe, nos países ocidentais, uma tendência vigente para se atribuir à prova testemunhal uma grande importância, sendo mesmo a mais importante das provas a seguir à confissão (Yarmey, 2006), o que a torna numa poderosa fonte incriminatória ou ilibatória.

Para além do referido, uma outra questão, que tem vindo a contribuir para o crescente interesse da psicologia forense no estudo de situações que envolvem procedimentos de interrogatório, relaciona-se com as falsas confissões. Segundo Kassin (2008), no direito penal, as confissões são comuns, no entanto, têm-se verificado situações em que estas se revelaram, posteriormente, como sendo falsas (ver <http://www.innocenceproject.org>).

A sugestionabilidade interrogativa tem vindo a ser apontada como um fator passível de ocorrer no contexto de entrevistas forenses e que pode ter um impacto significativo no depoimento de testemunhas e arguidos. A presente investigação foca-se, precisamente, neste conceito. Recorrendo à Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – Versão 1 (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997), a qual operacionaliza o modelo teórico de sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (1986), pretende-se averiguar de que forma é que os níveis deste tipo de sugestionabilidade se relacionam com outras variáveis, tais como: a sobrecarga cognitiva, a complacência, a atenção/funções executivas, a autoestima e a memória da fonte da informação. Desta forma, pretende-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado do fenómeno da sugestionabilidade e, mais concretamente, da forma como este interage e se relaciona com as variáveis elencadas.

I – Enquadramento conceptual

1. A história e evolução do conceito de sugestionabilidade

O termo sugestionabilidade tem vindo a ser utilizado ao longo dos anos para explicar uma grande variedade de fenómenos psicológicos, que vão desde a vulnerabilidade à hipnose até à suscetibilidade dos indivíduos para aceitarem informações falsas contidas em questões sugestivas (Eisen & Lynn, 2001 como citado em Pires, 2011; Thorley, 2013).

Segundo Coffin (1941 como citado em Gudjonsson, 2003), é através dos hipnotizadores do século XIX que emergem as primeiras teorias relacionadas com a sugestão, considerando-se a este respeito que é Noitz, em 1820, o primeiro autor a referir-se concretamente a um fenómeno relacionado com a sugestionabilidade, no caso, a resposta *ideomotora*. Noitz defendia que toda a ação sugerida é transformada em ação efetiva porque a ideia da ação atinge a consciência dos respondentes. Esta definição surgiu numa altura em que o fenómeno da hipnose começava a ser entendido através de uma perspetiva mais psicológica (Gudjonsson, 2003). De acordo com Gheorghiu (1989), depois de Noitz, outros investigadores como Bertrand (1823 como citado em Gheorghiu, 1989) e Braid (1846 como citado em Gheorghiu, 1989) acabariam, igualmente, por contribuir para esta atribuição à hipnose de uma base psicológica e, conseqüentemente, para

conceder um papel cada vez mais significativo ao conceito de sugestão.

As primeiras provas de que os indivíduos poderiam ser sugestionáveis acabariam por surgir, de forma mais sustentada, com os trabalhos desenvolvidos por James Cattell (1895 como citado em Drake, 2009), que se tornou pioneiro na realização de experiências na área do testemunho. Numa das suas investigações, conduzida numa amostra de estudantes universitários, Cattell colocou questões sobre um evento simulado que estes tinham visto anteriormente e, após estes responderem, pedia-lhes também que avaliassem o grau de confiança que tinham em relação às suas respostas. Os resultados obtidos levaram-no a concluir que a sugestionabilidade poderia ocorrer, igualmente, em indivíduos que se encontravam em estado de vigília e não apenas sob hipnose (Drake, 2009).

Os trabalhos de Cattell (1895 como citado em Drake, 2009) tornaram-se, nos anos seguintes, inspiradores para outros autores, como Binet e Bernheim. Enquanto a Bernheim (1910 como citado em Gudjonsson, 2003) é imputado, como grande contributo para o estudo da sugestionabilidade, a atribuição definitiva à sugestão de um estatuto autónomo da hipnose, considera-se que coube a Binet (1900 como citado em Gudjonsson, 2003) a introdução do conceito, mais específico, de sugestionabilidade interrogativa.

Este conceito viria, posteriormente, a passar por um período onde praticamente caiu no esquecimento, até que Stern, em 1938, acaba por recuperá-lo (Gudjonsson 2003). Através do seu trabalho experimental, este autor foi o primeiro a fornecer provas empíricas de que alguns indivíduos poderiam aceitar informação enganosa fornecida por questões sugestivas¹, quando interrogados sobre um evento previamente testemunhado (Drake, 2009). Desta forma, Stern observou que a memória das testemunhas poderia ser afetada em termos de precisão.

Contudo, e apesar destes autores pioneiros terem tido um contributo inegável para o estudo da sugestionabilidade, é apenas com Eysenck (1943 como citado em Gudjonsson, 2003) e Eysenck e Furneaux (1945 como citado em Gudjonsson, 2003) que a mesma começou a ser estudada de uma forma mais sistemática. Recorrendo à análise fatorial e utilizando diversos testes de sugestionabilidade, estes autores procuraram identificar quais

¹ As questões sugestivas já haviam sido definidas por Stern (1910 como citado em Drake, Bull, & Boon, 2008) como “aquelas para as quais existe uma resposta em particular que é mais provável de acontecer do que qualquer outra” (p. 273).

seriam os diferentes tipos de sugestionabilidade existentes. Assim, descobriram que existiriam, pelo menos, dois tipos principais de sugestionabilidade, os quais nomearam como primária e secundária. Em relação à sugestionabilidade primária, esta basear-se-ia nos testes “ideomotores” desenvolvidos por Noitz e estaria estreitamente relacionada com a suscetibilidade à hipnose (Gudjonsson, 1997). Por outro lado, a sugestionabilidade secundária mostrou-se mais ambígua, sendo explicada por Eysenck (1947 como citado em Gudjonsson, 2003) como consistindo “na experiência, por parte do sujeito, de uma sensação ou percepção que tem por base uma sugestão indireta ou implícita do experimentador de que tal experiência ocorrera, mesmo que não exista nenhuma base objetiva para essa sensação ou percepção” (p. 338). Estes autores referiram ainda a possibilidade de existir um terceiro tipo de sugestionabilidade, classificada de terciária². No entanto, este terceiro tipo, que estaria relacionado com a possibilidade de existir uma mudança de atitude dos indivíduos em resultado de uma comunicação persuasiva, por parte de uma figura de prestígio, não foi comprovado através da análise fatorial (Gudjonsson, 2003).

Ainda a respeito do estudo dos diferentes tipos de sugestionabilidade, Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 1997) descobriu, tal como Eysenck e Furneaux, que existem dois tipos principais de sugestionabilidade, a primária e a secundária. Porém, argumentou que o tipo de sugestionabilidade secundária seria mais abrangente e amplo do que o que aqueles dois autores haviam referido. Para Stukat, este segundo tipo parecia englobar a influência interpessoal, isto é, a pressão de um indivíduo a agir sobre outro, crendo-se mesmo que terá sido a partir dos seus trabalhos que os aspetos empíricos e teóricos da sugestionabilidade interrogativa começaram a ser realmente investigados (Gudjonsson, 1997).

Uma outra questão sobre a qual começaram a incidir os estudos acerca da sugestionabilidade passava por determinar se este fenómeno estaria mais associado a um traço de personalidade ou a um estado dos indivíduos. Neste âmbito, parece existir na literatura um desacordo considerável entre autores. Se por um lado o trabalho de Eysenck (1947 como citado em Gudjonsson, 2003) tem como base a hipótese de se tratar de um traço, por outro, autores

² Será o tipo de sugestionabilidade que mais se aproxima do conceito, mais atual, de sugestionabilidade interrogativa (Pires, 2011).

como Baxter (1990 como citado em Gudjonsson, 2003), Krech e Crutchfield (1948 como citado em Gudjonsson, 2003) e Moston (1990 como citado em Gudjonsson, 2003) surgem como críticos desta visão, alertando para o papel que os fatores situacionais podem desempenhar nos níveis de sugestionabilidade dos indivíduos.

2. A sugestionabilidade interrogativa como tipo particular de sugestionabilidade

Como descrito na secção anterior, apesar de se considerar que a classificação de Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 2003) deu destaque à sugestionabilidade interrogativa como um tipo particular de sugestionabilidade, funcionando como precursora em relação ao estudo dos seus aspetos empíricos e teóricos, esta área de investigação acabou por ser amplamente negligenciada até ao início da década de 1980 (Gudjonsson, 2003).

Contrariamente a esta opinião, Ridley (2013) refere que é ainda na década de 1970 que se começaram a desenvolver as investigações que levaram até aquelas que são, na atualidade, tidas como as duas principais abordagens teóricas presentes na literatura sobre o tema. Referimo-nos à “abordagem experimental” e à “abordagem das diferenças individuais”, assim identificadas por Schooler e Loftus (1986).

Em relação à “abordagem experimental”, esta encontra-se associada aos trabalhos de Elizabeth Loftus e colaboradores (e.g., Loftus, Miller, & Burns, 1978; Loftus & Hoffman, 1989), nos quais se observou ser possível fazer com que os indivíduos se lembrassem de detalhes incorretos acerca de um evento testemunhado, através da manipulação de fatores situacionais. Nesta abordagem, o foco é colocado na compreensão das condições situacionais nas quais as questões sugestivas podem influenciar as recordações das testemunhas (Schooler & Loftus, 1986). Neste âmbito, a influência de fatores específicos dos próprios sujeitos, como os emocionais e motivacionais, embora não seja completamente ignorada, acaba por ser desvalorizada em detrimento da preponderância dos aspetos cognitivos (Pires, 2011)³.

³ Schooler e Loftus (1986) afirmam, mais especificamente, que a sugestionabilidade interrogativa seria mediada, sobretudo, por um mecanismo cognitivo central, ao qual

No que diz respeito à “abordagem das diferenças individuais”, esta encontra-se patente nos trabalhos de Gisli Gudjonsson (e.g., Gudjonsson, 1983, 1984, 1997, 2003), o qual notou que os indivíduos podiam diferir entre si quanto ao grau de sugestionabilidade apresentado (Ridley, 2013). Esta abordagem considera que concorrem para os níveis de sugestionabilidade apresentados pelos sujeitos não só fatores internos (cognitivos, emocionais e motivacionais), mas também fatores externos (e.g., prestígio do entrevistador) (Pires, 2011).

Foi através dos trabalhos efetuados com base nesta última abordagem que surgiu o modelo teórico de sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (1986) que, por estar na base dos estudos que compõem a presente investigação, será, em seguida, abordado mais pormenorizadamente. Segundo os autores deste modelo, a sugestionabilidade interrogativa deverá ser considerada como um tipo único de sugestionabilidade com especial propensão para emergir em entrevistas forenses, na medida em que estas se configuram como situações propícias à coocorrência de um determinado conjunto de fatores (Baxter & Boon, 2000) que iremos mencionar.

3. O modelo teórico de sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark

De acordo com o modelo psicossocial de Gudjonsson e Clark, proposto em 1986, a sugestionabilidade interrogativa (doravante SI) advém de uma relação que se estabelece entre o indivíduo, o ambiente e outros indivíduos significativos nesse mesmo ambiente (Gudjonsson, 1997; Ridley, 2013), sendo definida pelos autores como “o grau em que, no contexto de uma interação social próxima, os indivíduos aceitam mensagens comunicadas através de um interrogatório formal, alterando o seu comportamento em função disso” (Gudjonsson, 1997, p. 1).

De acordo com Gudjonsson e Clark, a SI pode variar de indivíduo para indivíduo, estando esta variação dependente das estratégias de *coping* a

se referem como a capacidade de *deteção da discrepância*. Este mecanismo diz respeito à capacidade dos sujeitos para conseguirem detetar as diferenças entre as recordações que possuem efetivamente de um determinado evento e as informações que apenas lhes foram sugeridas posteriormente. Há maior probabilidade de ocorrência de sugestionabilidade se os sujeitos não conseguirem detetar essas discrepâncias.

que estes recorrem quando são confrontados com a *incerteza*, a *confiança interpessoal* e as *expectativas*. Estes aspetos são tidos como três pré-requisitos fundamentais para a ocorrência da SI que emergem no processo interrogativo (Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson 1997, 2003; Pires, 2011). Neste contexto, a *incerteza* relaciona-se com o facto de o entrevistado poder estar inseguro acerca da resposta correta à questão que lhe foi colocada. Alguns indivíduos, quando são confrontados com questões que contêm informações erradas, isto é, sugestões, podem vir a aceitá-las, independentemente de saberem ou não a resposta correta. Ao ocorrer esta aceitação, está-se perante a essência da sugestionabilidade (Gudjonsson, 1997, 2003). No que diz respeito à *confiança interpessoal*, esta baseia-se na confiança sentida pelo entrevistado em relação ao seu entrevistador, tornando-se óbvio que quanto maior o sentimento de insegurança do primeiro, menor será a sua suscetibilidade à sugestão. A percepção em relação às intenções do entrevistador, sua honestidade e idoneidade são vistos como aspetos importantes a este nível (Gudjonsson, 1997, 2003). Quanto às *expectativas*, se o entrevistado acredita que deveria ser capaz de responder às questões que lhe são colocadas, pode sentir relutância em relação a assumir a sua incerteza (Gudjonsson, 1997, 2003).

A acrescentar a estes pré-requisitos essenciais, os autores atribuem ainda relevância a outro aspeto que consideram importante para a ocorrência da SI e que é passível de ocorrer em procedimentos de interrogatório: o *feedback negativo* (Gudjonsson, 1997), isto é, transmitir a informação de que o entrevistado cometeu erros e que, em seguida, deve procurar ser mais preciso nas respostas. A utilização deste tipo de *feedback*, seja de uma forma intencional ou involuntária, poderá, igualmente, traduzir-se na adoção de uma estratégia de *coping* sugestionável por parte do entrevistado (Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Howard & Hong, 2002; Gudjonsson & Clark, 1986 como citados em McGroarty & Baxter, 2007). Segundo a conceptualização de Gudjonsson (1984), o *feedback negativo* funciona como uma forma de pressão interrogativa que pode conduzir à distorção das respostas dadas. As formas sob as quais este tipo de pressão pode surgir num contexto de interrogatório são variadas. De uma maneira mais explícita, este pode passar por uma postura mais crítica do entrevistador em relação às respostas que recebe, transparecendo que está insatisfeito; mais implicitamente, pode

apenas passar pela colocação reiterada de uma mesma questão ao entrevistado (Howard & Chaiwutikornwanich, 2006; McGroarty & Baxter, 2007).

Da análise do modelo de Gudjonsson e Clark sobressai, essencialmente, que este integra os dois tipos preponderantes de SI previamente identificados por Gudjonsson (1983, 1984): a suscetibilidade dos indivíduos para ceder a questões sugestivas e o próprio efeito do *feedback negativo*.

4. As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

Foi em 1984 que Gudjonsson apresentou o primeiro de dois instrumentos padronizados que desenvolveu com o objetivo de medir a SI. Referimo-nos às Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1⁴ e 2⁵ (Gudjonsson, 1984, 1987, 1997).

Estas escalas operacionalizam o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson 2003) e avaliam os dois tipos de SI que nele se encontram postulados: a suscetibilidade em aceitar informações contidas em questões sugestivas e a possibilidade de ocorrerem mudanças nas respostas decorrentes da existência de *feedback negativo*. De acordo com o autor, as escalas podem ser utilizadas tanto para fins clínicos, como forenses e de investigação (Gudjonsson, 1997). Contudo, pode dizer-se que o grande propósito da sua aplicação passa, fundamentalmente, por identificar indivíduos que necessitem de especial atenção ao serem confrontados com táticas de interrogatório manipulativas, as quais podem incluir a pressão interrogativa (Drake et al., 2008).

Seguindo os procedimentos ditados por Gudjonsson (1997), as escalas são apresentadas como uma tarefa de memória⁶, consistindo, num primeiro momento, na apresentação oral ou em formato de gravação áudio de uma história⁷ em relação à qual se pede aos sujeitos que prestem atenção, pois,

⁴ Gudjonsson Suggestibility Scale 1 (GSS-1; Gudjonsson, 1984, 1997).

⁵ Gudjonsson Suggestibility Scale 2 (GSS-2; Gudjonsson, 1987, 1997).

⁶ Uma vez que se pretende que a SI seja avaliada sem que os indivíduos se apercebam disso (Gudjonsson, 1997).

⁷ Encontra-se aqui a principal diferença entre as duas versões da escala. Enquanto na versão 1 a história apresentada possui conteúdo criminal, referente à ocorrência de um assalto, na versão 2 este não está presente, referindo-se a história a um casal que socorre um rapaz de um acidente de bicicleta. Outra das diferenças está,

em seguida, serão solicitados a recordar o maior número de informações que conseguiram reter. Posteriormente a esta recordação imediata da história tem lugar um intervalo de 50 minutos (que pode ser utilizado para a realização de outras tarefas), até um novo pedido de recordação da história. Este intervalo no procedimento é facultativo, podendo-se passar para a fase seguinte, do interrogatório, logo após a recordação imediata da história. Assim, independentemente de ter ocorrido ou não este intervalo, são colocadas 20 questões aos sujeitos avaliados, das quais: 15 possuem informações sugestivas e apenas 5 contêm informações que estavam efetivamente presentes na história original. Depois de obter as respostas, o entrevistador tece um comentário negativo (*feedback negativo*) acerca do desempenho do sujeito, que passa, essencialmente, por referir que este cometeu um grande número de erros (independentemente de ter cometido ou não), pedindo-lhe para que, em seguida, tente ser mais preciso nas suas respostas. A finalizar o procedimento voltam a ser colocadas as mesmas 20 questões.

Quando em posse de todos os resultados que são possíveis de obter, decorrentes da aplicação das escalas, está-se em condições de avaliar variados aspetos aos quais o autor atribuiu nomes específicos. A recordação imediata da história, depois de cotada, permite observar os resultados da *Recordação* (correspondente às unidades de informação da história corretamente recordadas, podendo a pontuação variar entre 0-40), das *Distorções* (correspondente à existência de distorções dos conteúdos originais), das *Invenções* (correspondente à ocorrência de recordação de informações, previamente inexistentes, que são acrescentadas à história) e do *Total de Confabulações* (correspondente ao somatório das duas anteriores); os quais permitem avaliar aspetos relacionados com a atenção, concentração e capacidade de memória dos sujeitos (Gudjonsson, 1997). Já a recordação diferida da história, que se subdivide nos mesmos resultados e que pode ou não ocorrer, dependendo da existência do intervalo de 50 minutos, tanto permite obter indicadores relacionados com a possibilidade de ter ocorrido uma deterioração da memória dos sujeitos como promove um aumento da dificuldade da tarefa (Gudjonsson, 1997). Ao serem colocadas pela primeira

consequentemente, no conteúdo das questões colocadas sobre a história (Gudjonsson, 1997).

vez as 20 questões, obtém-se o resultado de *Cedência 1*⁸ (pontuada entre 0-15), o qual diz respeito ao número de questões sugestivas às quais o sujeito avaliado cedeu. Quando são colocadas as mesmas 20 questões, depois da introdução do *feedback negativo*, tem-se o resultado de *Cedência 2* (pontuada entre 0-15), o qual torna possível observar tanto as respostas às quais o sujeito cedeu depois da pressão interrogativa como o resultado da *Alteração*⁹ (0-20), que se obtém contabilizando as mudanças de resposta efetuadas do primeiro para o segundo questionamento. A partir destes resultados estão reunidas as condições para a obtenção do resultado da *Sugestionabilidade Total* (pontuada entre 0-35), referente ao somatório do valor obtido em *Cedência 1* com o de *Alteração*.

5. A Teoria da Carga Cognitiva

Situando-se as suas origens na década de 80 do século passado, a Teoria da Carga Cognitiva (*Cognitive Load Theory* – CLT; Sweller, 1988) alcançou um desenvolvimento considerável, sobretudo, ao longo da década seguinte (Paas, Renkl, & Sweller, 2003).

Esta teoria, que se desenvolveu em torno dos métodos de ensino e processos de aprendizagem dos alunos, assume que a arquitetura cognitiva consiste numa memória de trabalho que detém recursos limitados no que diz respeito à sua capacidade para lidar com informações novas¹⁰ (Chandler & Sweller, 1992; Paas, Renkl, & Sweller, 2004). Assim, a Carga Cognitiva¹¹ pode ser definida como “um constructo multidimensional que representa a carga que a execução de uma determinada tarefa impõe ao sistema cognitivo” (Paas, Tuovinen, Tabbers, & Van Gerven, 2003, p. 64).

⁸ Tradução de “*Yield 1*”

⁹ Tradução de “*Shift*”

¹⁰ A teoria assume também que as limitações existentes na capacidade da memória de trabalho são, de certa forma, contornadas quando os sujeitos lidam com conteúdos informativos que lhes são familiares, os quais se encontram previamente armazenados, sob a forma de esquemas, na memória a longo prazo. Estes esquemas, por sua vez, são constructos cognitivos com variados elementos de informação agrupados num único elemento, o qual possui uma função específica (Paas et al., 2003, 2004).

¹¹ Segundo esta teoria, a carga cognitiva pode ser de 3 tipos: “intrínseca” (*intrinsic*), quando é imposta pelo número de elementos de informação presentes e interação entre estes; “estranha” (*extraneous*), quando imposta através de informações e atividades que não contribuem para o processo de formação e autonomização do esquema; ou, ainda, “pertinente” (*germane*), se as informações presentes e as atividades realizadas contribuírem para esse mesmo processo (Paas et al., 2004).

Segundo Paas et al. (2004), ao serem realizadas tarefas, a quantidade de informações e interações que necessitam de ser processadas podem conduzir o nível finito de recursos disponíveis da memória de trabalho a uma de duas situações distintas: à subcarga cognitiva ou à sobrecarga cognitiva. De acordo com a análise feita por Drake, Lipka, Smith e Egan (2013) ao trabalho de Guinns (2006), em relação à primeira situação, quando uma tarefa é realizada isoladamente e/ou comporta conteúdos simples, a carga cognitiva que dela resulta será baixa (subcarga), tornando possível a ocorrência de uma compreensão completa/aprendizagem da tarefa, por parte dos indivíduos, em virtude de existirem recursos suficientes e disponíveis da memória de trabalho. Por outro lado, existem situações em que os recursos limitados da memória de trabalho podem ser excedidos, propiciando a ocorrência de carga cognitiva elevada (sobrecarga), a qual poderá contribuir para falhas ao nível da aprendizagem e compreensão das tarefas em curso.

Focando-nos neste último aspeto, o qual adquire especial importância no âmbito da presente investigação, um exemplo de como é possível induzir sobrecarga cognitiva na memória de trabalho, a fim de criar dificuldades nos processos de aprendizagem e compreensão, passa por colocar os indivíduos numa situação em que estes tenham de dividir a sua atenção entre a realização de duas tarefas em simultâneo. Neste contexto, obtém-se o *efeito da atenção dividida* (Chandler & Sweller, 1992; Guinns, 2006 como citado em Drake et al., 2013) que, em traços gerais, consiste na ocorrência de atividades cognitivas inapropriadas que se relacionam com a necessidade do indivíduo integrar mentalmente informações provenientes de diferentes fontes (Chandler & Sweller, 1992).

6. Estudos com as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

Desde a sua criação, as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson têm vindo a ser utilizadas numa ampla variedade de estudos. Numa pesquisa da literatura sobre o tema, é possível encontrar estudos que procuraram relacionar a SI com variáveis como, por exemplo, as sóciodemográficas (Polczyk et al., 2004), as de personalidade (e.g., Liebman et al., 2002; Pires et al., 2013a) ou a inteligência (e.g., Gudjonsson, 1990; Pollard et al., 2004); estudos que procuraram verificar até que ponto diferentes formas de exercer

a pressão interrogativa, através do *feedback negativo*, podem influenciar os níveis deste tipo de sugestionabilidade (e.g., Baxter & Boon, 2000; Baxter, Boon, & Marley, 2006; McGroarty & Baxter, 2007); ou, ainda, estudos que procuraram identificar formas de detetar/evitar a simulação/falsificação destes mesmos níveis (e.g., Baxter & Bain, 2002; Boon, Gozna, & Hall, 2008; Drake et al., 2013).

Em seguida, serão apresentados alguns dados de investigações nas quais foram utilizadas estas escalas e que se tornam pertinentes para o presente estudo, uma vez que se assemelham no que concerne às variáveis envolvidas.

6.1. Sugestionabilidade interrogativa e sobrecarga cognitiva

Embora seja reconhecida a importância do constructo sobrecarga cognitiva, proveniente da Teoria da Carga Cognitiva, em diferentes áreas de atuação da Psicologia Forense (e.g., Davis & Leo, 2013), este tem sido especialmente adotado e estudado no âmbito da deteção da mentira¹² (e.g., Diana, Zurloni, & Elia, 2012; Vrij, Fisher, Mann, & Leal, 2008).

Ao nível da relação entre este constructo e a SI, há apenas a salientar o estudo realizado recentemente por Drake et al. (2013), onde se procurou investigar, numa população de jovens com uma média de idades de 19.35 anos, quais os efeitos que a indução de sobrecarga cognitiva poderia produzir nas tentativas de falsificação da SI avaliada pela GSS-1. Mais especificamente, estes autores pretenderam averiguar de que forma é que esta indução afetaria os resultados obtidos na GSS-1 quando esta é aplicada a sujeitos instruídos para falsificarem/simularem os seus níveis de sugestionabilidade, com o objetivo de perceber se tal procedimento poderia ajudar a sinalizar e a impedir estas tentativas de distorção.

Sustentando-se em análises feitas a estudos anteriores (e.g., Baxter & Bain, 2002; Boon, Gozna, & Hall, 2002; Woolston, Bain, & Baxter, 2006), Drake et al. (2013) constataram que os sujeitos instruídos para falsificar a SI

¹² Vrij et al. (2008) apontam algumas formas acerca de como é possível aumentar a carga cognitiva com a finalidade de detetar a mentira. Uma dessas formas passa por pedir aos participantes (que integram condições experimentais onde devem mentir em relação a uma história) que contem as histórias em sentido inverso. Outra das formas pode passar por solicitar aos indivíduos (inseridos nas mesmas condições) que realizem uma segunda tarefa (e.g., estar a conduzir um carro num simulador) ao mesmo tempo que vão contando as histórias.

tendem a ter pontuações consideravelmente mais elevadas no indicador *Cedência 1* do que aqueles que respondem genuinamente à GSS. Por outro lado, não se verificam aumentos significativos das pontuações no indicador *Alteração*, o que suscita a ideia de que os sujeitos instruídos para falsificar a SI não compreendem que o ato de alterar as suas respostas do primeiro para o segundo questionamento, após a ocorrência do *feedback negativo*, também contribui para níveis elevados de sugestionabilidade (Baxter & Bain, 2002 como citado em Drake et al., 2013).

Os mesmos autores assumem que, nestes estudos, o ato de solicitar ao sujeito que adote o comportamento de falsificar a SI, aquando da resposta às escalas, provoca alguma carga cognitiva intrínseca, a qual, no entanto, acaba por ser minimizada. O principal argumento apresentado por Drake et al. (2013) para sustentar esta ideia reside, sobretudo, no facto de considerarem que, em tais investigações, os participantes¹³ são previamente avisados que devem levar o entrevistador a acreditar que são suscetíveis a aceitar informação incluída em questões sugestivas. Este aviso, ao indicar-lhes que vão estar em face de questões deste tipo, promove uma redução da carga cognitiva, que estaria inerente à incerteza relacionada com a necessidade destes participantes se terem de focar nas questões onde deveriam transparecer a sua sugestionabilidade.

Assim, no seu estudo, Drake et al. (2013) partiram do pressuposto que ao recorrer-se ao paradigma da dupla tarefa e, mais especificamente, ao efeito da atenção dividida para induzir sobrecarga cognitiva - no caso, através da introdução de uma tarefa de *span* de dígitos¹⁴ - os sujeitos que fossem instruídos para falsificar a sua sugestionabilidade ficariam sobrecarregados cognitivamente e teriam mais dificuldade em se focar no seu objetivo (por se tornar mais difícil perceberem em que questões deveriam evidenciar a sua sugestionabilidade). Seguindo este pressuposto, os participantes foram então colocados em 4 condições experimentais, as quais diferiam em termos das instruções do procedimento da GSS-1 (sujeitos

¹³ Aqueles que se encontram alocados nas condições experimentais onde são instruídos para tentar falsificar os níveis de SI.

¹⁴ Esta tarefa concorrente consistia em mostrar aos sujeitos um conjunto de cinco dígitos (retirados do subteste Memória de Dígitos da Escala de Memória de Wechsler) antes das fases de questionamento presentes no procedimento da GSS-1, pedindo-lhes que os memorizassem, pois, iria ser solicitado que os evocassem posteriormente (após a colocação das questões), pela respetiva ordem.

instruídos a falsificar *vs* genuínos) e da realização da tarefa de *span* de dígitos (sim *vs* não), que funcionava como tarefa concorrente para a memória de trabalho. Desta forma, os autores previam que os indivíduos instruídos para falsificar e que realizassem a tarefa concorrente iriam obter resultados significativamente mais baixos no indicador *Cedência 1* do que aqueles que fossem igualmente instruídos para falsificar mas que não realizassem esta tarefa. Esta previsão decorre do aumento dos níveis de incerteza advindos do aumento da carga cognitiva (prejudiciais ao funcionamento da memória de trabalho) que tornariam o objetivo de falsificar mais difícil de concretizar.

Os resultados obtidos neste estudo, mostraram que os participantes instruídos para falsificar a SI e que não realizaram a tarefa concorrente pontuaram significativamente mais no indicador *Cedência 1* em comparação com os participantes genuínos, algo que já era esperado devido aos resultados de estudos anteriores (e.g., Baxter & Bain, 2002; Boon, Gozna, & Hall, 2002; Woolston, Bain, & Baxter, 2006). Contudo, indicaram também que os participantes instruídos para falsificar e que realizaram a tarefa concorrente, obtiveram resultados significativamente mais baixos no indicador *Cedência 1* do que aqueles que tiveram a mesma instrução mas que não realizaram essa tarefa. Este facto acaba por concorrer para o entendimento de que o aumento da carga cognitiva, durante o procedimento da GSS, poderá contribuir para sinalizar e impedir as tentativas de falsificação dos níveis de SI avaliados por este instrumento, nomeadamente no indicador *Cedência* (Drake et al., 2013).

Porém, e adicionalmente a estes resultados principais que corroboraram, em certa medida, o principal objetivo do estudo, observou-se um efeito apenas moderado de um resultado que se previa salientar-se de forma mais significativa. De acordo com aquilo que também seria expectável, segundo os autores, os participantes ingénuos (i.e., aqueles que foram sujeitos ao procedimento normal da GSS-1) que realizavam a tarefa concorrente de *span* de dígitos, deveriam obter uma pontuação significativamente mais elevada em *Cedência 1* e em *Alteração* em comparação com os participantes, também ingénuos, que não executaram esta tarefa adicional. No entanto, os resultados acabaram por apontar que esta diferença de pontuações, embora tenha ocorrido, não foi

estatisticamente significativa – algo considerado como surpreendente (Drake et al., 2013).

À luz dos pressupostos presentes no modelo de Gudjonsson e Clark e da análise feita por Drake et al. (2013), a incerteza dos participantes ingênuos (quanto às respostas corretas às questões sugestivas) que realizaram a tarefa concorrente, deveria igualmente aumentar, excedendo os recursos da memória de trabalho e traduzindo-se sob a forma de resultados consideravelmente mais elevados nos diferentes indicadores de SI em comparação com os resultados obtidos pelos participantes, também ingênuos, mas que não executaram a tarefa adicional e que, por conseguinte, não estariam sujeitos a este aumento da incerteza. A explicação apresentada pelos autores para os resultados observados a este nível, relaciona-se com a possibilidade dos sujeitos ingênuos terem utilizado mecanismos de *coping* alternativos (i.e., que não passaram por ceder às informações sugestivas) para lidar com a situação e, mais propriamente, com a incerteza.

Em suma, os resultados provenientes deste estudo revelam-se encorajadores no que diz respeito à necessidade de se proceder a mais investigações com a finalidade de compreender de que forma a carga cognitiva pode afetar os níveis de SI.

6.2. Sugestionabilidade interrogativa e complacência

Uma das principais críticas dirigidas às GSS consiste no facto de ser necessário perceber se estas medem efetivamente a SI que decorre de uma internalização da informação sugestiva, por parte dos sujeitos, ou se os resultados que facultam estão mais relacionados com outros fenómenos psicológicos, como é o caso da complacência (e.g., Irving, 1987; Mastroberardino & Marucci, 2012).

Partindo da conceptualização da complacência como a tendência de um indivíduo para concordar com outro apenas com o intuito de lhe agradar, Irving (1987 como citado em Mastroberardino & Marucci, 2012) colocou a possibilidade de existir uma sobreposição entre o modelo de Gudjonsson e Clark e este fenómeno. No entanto, Gudjonsson (1997, 2003) aponta no sentido da existência de uma diferença teórica fundamental entre os dois constructos. Na sua perspetiva, enquanto a SI ocorre devido a uma internalização da informação sugestiva por parte do sujeito, em resultado de

uma quebra de confiança na própria memória (quando se encontra exposto a uma situação de incerteza), na complacência, o mesmo não acontece, isto é, a emergência deste tipo de comportamento não depende da efetiva aceitação de informações sugestivas. O ponto de vista adotado por Gudjonsson, em relação àquilo em que consiste a complacência, relaciona-se, em grande parte, com os trabalhos desenvolvidos por Milgram (1974 como citado em Gudjonsson, 1997), o qual estudou a forma como em determinadas situações os indivíduos podem ser levados a obedecer a instruções dadas por outros que se encontram em posições de autoridade. Esta perspectiva coloca o fenómeno da complacência num nível semelhante ao da obediência.

É de notar que, ao nível conceptual, o autor aceita a existência de uma certa sobreposição entre as características da complacência e as da sugestionabilidade, referindo que ambas compartilham variáveis mediadoras semelhantes (Gudjonsson, 1997). A Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D (GCS - Form D¹⁵, Gudjonsson, 1989, 1997), que é complementar ao modelo teórico de Gudjonsson e Clark, consiste num instrumento de auto-resposta, do tipo “Verdadeiro” ou “Falso”, com 20 afirmações, as quais avaliam duas componentes principais do fenómeno: uma referente à existência de avidez nos sujeitos para agradar aos outros; e outra que se refere às tentativas que estes fazem para evitar conflitos e confrontos com os outros, particularmente, se esses outros forem percebidos como figuras com autoridade. De acordo com Gudjonsson (1989 como citado em Gudjonsson, 1997), é expectável que existam correlações positivas entre a GCS e as medidas de SI da GSS 1 e 2. O próprio Gudjonsson (1990) encontrou este tipo de relação entre a GCS e as medidas *Cedência 1*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total* da GSS-1. Também num outro estudo, realizado com uma amostra forense, Gudjonsson (1997) observou correlações positivas entre a GCS e todas as medidas de sugestionabilidade da GSS-1, tendo verificado correlações negativas em relação às medidas de recordação imediata e recordação diferida. Ainda, Richardson e Kelly (2004), mais recentemente, verificaram a existência de correlações positivas

¹⁵ *Gudjonsson Compliance Scale* (GCS; Gudjonsson, 1989, 1997). Esta escala apresenta duas formas, a “D” e a “E”, que apenas diferem no que se refere ao método de obtenção da informação. Enquanto a forma “D” consiste num formulário de auto-resposta, ou seja, é respondido diretamente pelo próprio sujeito avaliado, a forma “E” consiste num formulário que deve ser respondido por uma terceira pessoa que lhe seja próxima (p. ex., familiar).

entre os resultados da GCS e as medidas *Sugestionabilidade Total* e *Cedência 1* da GSS-1, numa população de jovens institucionalizados. Por outro lado, Smith e Gudjonsson (1995), ao recorrerem a ambos os instrumentos, não encontraram qualquer relação entre os dois constructos numa amostra psiquiátrica forense.

Devido ao facto de na grande maioria dos estudos realizados, para averiguar a forma como a complacência e a SI se relacionam (tal como são medidos pela GSS-1 e pela GCS-Forma D), terem recorrido a amostras de populações forenses, torna-se necessário explorar a forma como esta relação ocorre ao nível da população geral.

6.3. Sugestionabilidade interrogativa e atenção/funções executivas

Apesar de Binet (1900 como citado em Ridley, 2013) ter apontado a possível existência de uma relação entre variáveis de atenção e a sugestionabilidade, logo nas primeiras referências que fez a este termo, e de também Lipmann (1911 como citado em Ridley, 2013), sensivelmente na mesma época, ter realçado a importância da atenção durante a codificação de informação, a relação entre estas duas variáveis ainda não foi adequadamente explorada. De facto, não foi possível contabilizar a existência de um grande número de estudos que tenham procurado explorar empiricamente a associação entre a atenção/funções executivas e os níveis de SI.

Entre as exceções encontradas que se tornam pertinentes de salientar, estão os seguintes trabalhos: Calicchia e Santostefano (2004), que ao aplicarem a GSS-2 e a Bateria de Controlo Cognitivo¹⁶ (Santostefano, 1988), a uma amostra de estudantes com uma média de idades de 11.6 anos, não encontraram correlações significativas entre a SI e a atenção; Howard e Chaiwutikornwanich (2006), que ao realizarem um estudo onde procederam a uma recolha de dados ao nível eletrofisiológico, com a finalidade de encontrar relações entre a SI, a memória e a atenção, acabaram por verificar que diferenças ao nível da sugestionabilidade não se refletiam nos índices de atenção; e, finalmente, Correia (2012), que ao procurar relacionar índices de

¹⁶ A Bateria de Controlo Cognitivo (*Cognitive Control Battery* – CCB; Santostefano, 1988) consiste num conjunto de provas que avalia variáveis de atenção e memória.

atenção seletiva e de SI numa amostra de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, através da utilização da GSS-2 e do Teste da Barragem de 3 Sinais¹⁷ (Toulouse & Piéron, 1904; versão portuguesa de Amaral, 1967), também não encontrou relações entre as medidas.

Todavia, apesar destes resultados não apontarem no sentido da existência de uma relação entre as variáveis, o facto de existir um número reduzido de estudos empíricos nos quais se tenha recorrido à utilização de vários instrumentos que avaliem diferentes componentes da atenção e a sua relação com a SI, sugere que este é um tema que necessita de ser mais explorado.

6.4. Sugestionabilidade interrogativa e autoestima

O modelo teórico de Gudjonsson e Clark, apresentado em 1986, apoia a ideia de que existe uma relação negativa entre a autoestima e a suscetibilidade à sugestão.

Descrita por Rosenberg (1965), de uma forma abrangente, como consistindo na atitude favorável ou desfavorável do sujeito relativamente a si próprio, a autoestima consiste numa das variáveis individuais cuja relação com a SI tem sido mais investigada. A maioria dessas investigações parece corroborar os postulados contidos no modelo de Gudjonsson e Clark, os quais apontam no sentido da autoestima ser uma variável mediadora importante na SI (Gudjonsson, 2003).

Numa investigação de Baxter, Jackson e Bain (2003), realizada com uma amostra de estudantes universitários, verificou-se que todas as medidas de SI, da GSS-1, foram significativamente mais elevadas nos participantes com baixa autoestima do que nos participantes com alta autoestima. Adicionalmente, num outro estudo efetuado por Bain, Baxter e Fellowes (2004), foi observada uma correlação significativa entre a autoestima e a medida de SI *Alteração* da GSS-1, com os participantes com baixa autoestima a realizarem consideravelmente mais mudanças de respostas do que aqueles com alta autoestima. Nesta linha de trabalhos, nos quais se observou uma relação negativa entre a autoestima e a SI, podem ainda apontar-se, por exemplo, os de Gudjonsson e Lister (1984) e de Gudjonsson

¹⁷ Este instrumento será descrito adiante, de forma pormenorizada, em virtude do mesmo ter sido utilizado na presente investigação.

e Singh (1984). Contudo, também é importante referir que se encontram estudos na literatura que não confirmam esta tendência. Drake et al. (2008), numa amostra da população geral com uma média de idades de 26.8 anos, não verificaram a existência de qualquer correlação significativa entre as medidas da GSS-1 e a autoestima (medida através do *Culture-free Self-esteem Inventory*; Battle, 1981), sucedendo o mesmo a Smith e Gudjonsson (1995) numa amostra psiquiátrica forense¹⁸.

6.5. Sugestionabilidade interrogativa e memória da fonte da informação

A memória da fonte da informação pode ser entendida, num sentido lato, como a capacidade de um sujeito lembrar qual é a origem ou proveniência de uma determinada recordação. Segundo Lindsay (1994 como citado em Cunha, 2009), esta é uma questão que adquire especial importância no caso das testemunhas, pois, se estas não forem capazes de fazer a distinção entre as memórias que possuem efetivamente acerca de um determinado evento e aquelas que podem resultar de outras fontes de informação, podem ser criadas condições para a emergência de maior vulnerabilidade à sugestão. A este propósito, Zaragoza e Lane (1994) referem que o facto de um indivíduo acreditar que se lembra de ter visto algo que apenas lhe foi sugerido, é um exemplo de uma situação em que uma memória que advém de uma fonte de informação (e.g., questões sugestivas) é atribuída, erroneamente, a outra fonte de informação (e.g., ao próprio evento testemunhado), situação a que estes autores se referem, especificamente, como um *erro de atribuição da fonte*.

O recurso a tarefas de identificação da fonte da informação com o intuito de se perceber até que ponto a memória dos indivíduos e, mais concretamente, os seus erros na identificação da fonte de uma determinada memória contribuem para a sugestionabilidade, encontra-se patente em alguns trabalhos nos quais se utilizou o *efeito da desinformação* em testemunhas oculares (e.g., Lindsay & Johnson, 1989; Zaragoza & Lane,

¹⁸ A este propósito, Smith e Gudjonsson (1995 como citados em Gudjonsson, 2003) apontam como possível razão para não terem verificado uma correlação significativa entre a autoestima e a SI, o facto do instrumento utilizado para a avaliação da autoestima, no caso, a Escala de Autoestima de Rosenberg (*Rosenberg Self-Esteem Scale*; Rosenberg, 1965) ter fiabilidade e validade baixas quando utilizado em certos tipos de populações.

1994; Ridley & Clifford, 2006); este efeito está associado à “abordagem experimental” desenvolvida por Loftus e colaboradores (e.g., Loftus et al., 1978; cf. nota de rodapé 3).

Tipicamente, o procedimento padrão que é adotado nos estudos que procuram avaliar a sugestibilidade seguindo este paradigma experimental da desinformação, consiste, num primeiro momento, em apresentar aos participantes um conjunto de informações visuais acerca de um determinado evento. Em seguida, efetua-se uma apresentação de informações verbais erradas em relação a esse mesmo evento, tendo-se como objetivo final testar a memória dos participantes acerca de quais os elementos que estavam presentes na informação visual que observaram inicialmente (Johnson, Hashtroudi, & Lindsay, 1993)¹⁹. O procedimento seguido por Lindsay e Johnson (1989) e Zaragoza e Lane (1994), por seu lado, consistiu em solicitar aos participantes que identificassem, especificamente, qual a fonte das informações enganosas que lhes haviam sido fornecidas (i.e., se estavam presentes na informação visual original, na informação verbal dada posteriormente, nas duas fontes ou em nenhuma delas).

Eisen, Winograd e Qin (2002 como citado em Ridley & Clifford, 2006) referem que devido à existência de diferenças metodológicas entre o procedimento de aplicação das GSS (1 e 2) e estes procedimentos experimentais, é provável que a natureza da sugestibilidade que é induzida por ambos seja qualitativamente diferente. Enquanto a primeira resultará, maioritariamente, da existência de pressão social que decorre da interação que é estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, a segunda estará mais associada à memória. Contudo, Gudjonsson (2003) aponta a existência de uma correlação significativa entre a capacidade mnésica e a SI, tal como é medida pela GSS, nomeadamente, refere correlações negativas entre as medidas de SI e as medidas de recordação imediata e diferida da história. Esta associação sugere que falhas ao nível da memória dos sujeitos podem contribuir para um aumento da incerteza que estes sentem no

¹⁹ No paradigma experimental original de Loftus et al. (1978), começou-se por apresentar aos participantes imagens referentes a um acidente de carro. Depois, foi-lhes colocada uma série de questões entre as quais existiam informações incorretas em relação a esse acidente (p. ex., em relação à presença de um sinal de cedência de passagem em vez de um sinal de *stop*). Mais tarde, quando os participantes foram questionados acerca de qual dos sinais de trânsito estava presente nas imagens originais, se o de cedência de passagem ou o de *stop*, muitos participantes relataram erroneamente terem visto o de cedência.

momento de responder às questões sobre a história original.

Mastroberardino e Marucci (2012) recorreram à utilização de uma tarefa de identificação da fonte da informação a propósito do conteúdo das questões da GSS-2. Neste estudo, realizado com uma amostra de estudantes universitários, os autores procuraram confrontar as questões levantadas por Irving (1987) e as refutações de Gudjonsson (1997, 2003), a respeito de qual será a sugestionabilidade genuína (i.e., internalização da informação sugestiva *vs* complacência do sujeito para com o entrevistador) que é avaliada pelos indicadores da GSS-2. De facto, a simples utilização da GSS não permite perceber se o sujeito internalizou efetivamente a informação sugestiva e/ou aceitou o *feedback negativo* acreditando que este era verdadeiro (Mastroberardino & Marucci, 2012). Assim, com a finalidade de clarificar esta questão, os autores supracitados construíram um Questionário de Identificação da Fonte da Informação (*Source Identification Questionnaire*; Mastroberardino & Marucci, 2012)²⁰ que consistia no conteúdo das 20 questões da GSS-2 (convertidas em afirmações), sendo que, para cada uma delas, era pedido aos participantes que escolhessem uma de três opções de resposta possíveis (“história”, “perguntas” e “não sei”), de acordo com aquela que acreditavam ser a fonte original das informações nelas contidas. Os resultados obtidos através da inclusão de uma tarefa deste tipo suscitaram a ideia de que às pontuações do indicador *Cedência 1* e do indicador *Alteração* podem estar subjacentes processos diferentes. Enquanto as do primeiro parecem refletir tanto a internalização da informação sugestiva, por parte do sujeito, como a ocorrência de comportamentos de complacência deste para com o entrevistador, as do segundo parecem dever-se, sobretudo, ao fenómeno da complacência (Mastroberardino & Marucci, 2012).

No que diz respeito à utilização de tarefas de avaliação da memória da fonte em conjunto com o procedimento da GSS, tendo como objetivo específico averiguar a existência de uma relação entre a SI e a memória da fonte, há a salientar o trabalho de Cunha e Pinho (2011). Neste estudo, realizado numa amostra exclusivamente do sexo feminino e no qual se

²⁰ As características mais específicas deste Questionário de Identificação da Fonte da Informação (QIFI), tais como as medidas que fornece e como é que estas podem ajudar a descortinar os processos subjacentes às pontuações obtidas nas medidas da GSS, serão abordadas de uma forma pormenorizada mais à frente, dado que um instrumento semelhante foi utilizado na presente investigação.

incluíam mulheres vítimas de violência doméstica, procedeu-se à aplicação da GSS-2 e de uma tarefa de memória da fonte²¹, a qual era independente do conteúdo da GSS-2. Nos resultados obtidos não foi registada uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a SI e a memória da fonte (Cunha & Pinho, 2011).

II - Objetivos

O principal objetivo desta investigação consistiu em analisar de que forma é que a inclusão de uma tarefa que induz sobrecarga cognitiva (tarefa de *span* de dígitos) afeta os níveis de SI obtidos pelos sujeitos na GSS-1. Para além deste objetivo principal, procurou-se também averiguar de que modo é que a SI se correlaciona com as seguintes variáveis: atenção/funções executivas, autoestima, complacência e memória da fonte da informação. Adicionalmente, procurou-se explorar se as respostas na GSS-1 se devem à internalização da informação sugestiva e/ou a comportamentos de complacência, por parte dos sujeitos avaliados, e se a indução de sobrecarga cognitiva contribui para a emergência, em particular, de alguma destas formas de explicar a SI avaliada pela GSS-1.

A partir destes objetivos e de acordo com a literatura consultada, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1: Existe influência da sobrecarga cognitiva/atenção dividida na SI avaliada pela GSS-1. Mais especificamente, é esperado que os participantes do grupo experimental (os quais realizam a tarefa de *span* de dígitos) apresentem resultados mais elevados nas medidas de SI do que os participantes do grupo de controlo (que, por sua vez, não realizam a tarefa concorrente).

²¹ Esta tarefa de memória da fonte consistia na apresentação aleatória de um conjunto de 80 cartões aos sujeitos, sendo que metade desses cartões continham desenhos (retirados da base de desenhos de Sondgrass e Vanderwart) e a outra metade continha palavras escritas. Depois do sujeito visualizar todos os cartões e de contar de 3 em 3, desde o número 40, por ordem decrescente, tentando-se assim evitar o efeito de recência, era então apresentada uma lista de 120 palavras onde 40 correspondiam aos desenhos visualizados, 40 às palavras visualizadas, e as outras 40 palavras não tinham sido alvo de apresentação prévia. Era, então, pedido aos sujeitos que assinalassem, para cada uma das 120 palavras, se estas tinham surgido inicialmente sob a forma de desenho, de palavra escrita ou se não constava nos 80 cartões que tinham sido exibidos (Cunha, 2009).

H2: Existe uma correlação negativa entre a SI e a variável Autoestima (avaliada pela Escala de Autoestima de Rosenberg).

H3: Existe uma correlação negativa entre a SI e a variável Atenção Seletiva (avaliada pelo Teste da Barragem de 3 Sinais).

H4: Existe uma correlação positiva entre a SI e as variáveis de Atenção/Funções executivas (avaliadas pelos instrumentos *Trail Making Test A e B*).

H5: Existe uma correlação positiva entre a SI e a variável Complacência (avaliada pela Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D).

H6: Existe uma correlação positiva entre a SI e a variável Memória da Fonte (avaliada pelo Número total de erros de identificação da fonte da informação obtido através do Questionário de Identificação da Fonte da Informação)

III - Metodologia

1. Amostra

A amostra utilizada na presente investigação é constituída por 60 sujeitos da população geral com idades compreendidas entre os 21 e os 34 anos ($M = 26.03$, $DP = 3.78$) e com um nível de ensino acima do 12º ano de escolaridade (frequência e/ou conclusão de um grau de ensino superior).

Em termos de procedimentos utilizados na recolha da amostra, esta corresponde a uma amostra de conveniência, tendo sido feita uma distribuição aleatória dos participantes pelos dois grupos em estudo (controlo e experimental).

O grupo de controlo é constituído por 30 sujeitos, 15 do género feminino (50%) e 15 do género masculino (50%), com uma média de idades de 25.63 ($DP = 3.83$). O grupo experimental é, igualmente, constituído por 30 sujeitos, 17 do género feminino (56.7%) e 13 do género masculino (43.3%), e tem uma média de idades de 26.43 ($DP = 3.76$).

Na Tabela 1 apresenta-se a caracterização da amostra total, do grupo de controlo e do grupo experimental.

Tabela 1
Estatísticas descritivas da amostra total, grupo controlo e grupo experimental

	Amostra Total (N=60)		Grupo Controlo (N=30)		Grupo Experimental (N=30)	
	Média (DP)	Amplitude	Média (DP)	Amplitude	Média (DP)	Amplitude
Idade	26.03 (3.78)	21 - 34	25.63 (3.83)	21 - 34	26.43 (3.76)	21 - 34
	N	%	N	%	N	%
Género	M	28 46.7	15 50	50	13 43.3	43.3
	F	32 53.3	15 50	50	17 56.7	56.7

Quando analisadas, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto à variável idade, $t(58) = -0.82, p = .417$ e género, $\chi^2(1) = 0.27, p = .605$.

2. Procedimentos

As sessões de avaliação, realizadas individualmente com cada participante, iniciaram-se com a apresentação da informação respeitante ao consentimento informado (cf. Anexo I). Depois da obtenção desta autorização, imprescindível para a continuação da sessão, era dado início à aplicação dos instrumentos. Uma vez que os procedimentos de avaliação utilizados no grupo de controlo e no grupo experimental se assemelham, os mesmos serão descritos em conjunto, fazendo-se referência, no devido momento, à única diferença existente.

Em primeiro lugar, procedeu-se à aplicação da GSS-1 (Gudjonsson, 1984, 1997; versão portuguesa de Pires, 2011). A história, parte integrante do instrumento, foi apresentada oralmente aos participantes, sendo que estes eram instruídos a prestar atenção, pois, seguidamente, iria-lhes ser solicitado que evocassem tudo aquilo que se conseguissem recordar; altura em que se recorria à gravação áudio para posterior transcrição e cotação, a fim de obter as pontuações relacionadas com a recordação imediata da história. Continuando com a aplicação da GSS-1, passava-se, depois, para a fase do questionamento²², ou seja, para a colocação das 20 perguntas sobre a história, sendo nesta fase que se situava a única diferença nos procedimentos realizados nos dois grupos em estudo. Enquanto no grupo de controlo era

²² Na presente investigação optou-se por suprimir a fase da recordação diferida da história, tendo-se realizado o questionamento imediatamente após a fase da recordação imediata.

aplicado o procedimento normal da GSS-1, no grupo experimental, conjuntamente com o questionamento, era aplicada aos participantes uma tarefa de *span* de dígitos, a qual tinha como objetivo a indução de carga cognitiva. Assim, a estes participantes era apresentado oralmente um conjunto de 5 dígitos antes da colocação das 20 questões, os quais se pedia que estes retivessem, pois teriam de os evocar mais tarde (a seguir ao questionamento) pela respetiva ordem. Esta aplicação da tarefa de *span* de dígitos ocorria tanto com o primeiro questionamento como com o segundo, realizado após a introdução do *feedback negativo*, utilizando-se séries de dígitos diferentes nos dois momentos.

Depois desta fase inicial, tinha lugar um período de cerca de 40 minutos, durante os quais se procedeu à aplicação, pela ordem que se segue, dos seguintes instrumentos: Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D (GCS – Form D; Gudjonsson, 1989, 1997; versão portuguesa traduzida e adaptada por Dinis & Pinho, 2014); Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Degoratis, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007); *Trail Making Test - A* e *Trail Making Test - B* (TMT; Reitan, 1958; versão portuguesa de Cavaco et al., 2008); Teste da Barragem de 3 Sinais (Toulouse & Piéron, 1904; versão portuguesa de Amaral, 1967) e a Escala de Autoestima de Rosenberg (RSES; Rosenberg, 1965; versão portuguesa adaptada a partir de Santos & Maia, 2003).

A finalizar a sessão era, então, pedido aos participantes que respondessem a uma versão adaptada do Questionário de Identificação da Fonte da Informação (Mastroberardino & Marucci, 2012; versão portuguesa traduzida e adaptada por Dinis & Pinho, 2014) a respeito das informações presentes nas 20 questões da GSS-1 que haviam sido colocadas inicialmente.

Após a aplicação de todo o protocolo de avaliação, explicava-se aos participantes em que consistiam os verdadeiros propósitos da investigação, tendo estes a oportunidade de colocar questões.

3. Instrumentos utilizados

3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – Versão 1

Em virtude das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson terem sido alvo de apresentação prévia (cf. página 8), apenas serão aqui acrescentadas algumas informações relacionadas com a versão 1 do

instrumento, nomeadamente ao nível psicométrico. Na presente investigação, foi utilizada a versão portuguesa da GSS-1, a qual foi traduzida e adaptada no âmbito de uma dissertação de doutoramento, subordinado ao tema da influência dos estilos de personalidade na sugestionabilidade, realizada por Pires (2011).

De acordo com Pires, Silva e Ferreira (2013b) os coeficientes *alpha de Cronbach* da versão portuguesa da GSS-1 são similares aos obtidos por Gudjonsson (1997), embora a consistência interna de .58 encontrada em *Alteração* seja mais modesta do que a original, correspondendo os restantes valores a .74 em *Cedência 1* e a .76 em *Cedência 2*. Em relação à medição da estabilidade temporal da SI, Pires (2011) refere que este é um processo que contempla alguns problemas, uma vez que a natureza de ambas as versões do instrumento é propícia à ocorrência de memorização de conteúdos, inviabilizando, assim, a utilização da mesma versão em dois momentos distintos. Contudo, e recorrendo a uma metodologia em que utilizou numa mesma amostra as duas versões do instrumento, Pires et al. (2013b) obtiveram valores de estabilidade temporal para as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total* de .39, .46, .11 e .31, respetivamente.

3.2. Tarefa de *Span* de Dígitos

A tarefa de *span* de dígitos aplicada na presente investigação seguiu o mesmo formato daquela que foi utilizada no estudo original de Drake et al. (2013), tendo-se optado por recorrer a duas séries de cinco dígitos retiradas do subteste Memória de Dígitos da Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos – Terceira Edição (WAIS-III; Wechsler, 1997).

Para cada uma das fases de aplicação desta tarefa, realizada apenas no grupo experimental, procedeu-se ao registo dos dígitos evocados pelos participantes.

3.3. Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D

A Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D (GCS-Form D; Gudjonsson, 1989, 1997; versão portuguesa traduzida e adaptada por Dinis & Pinho, 2014), desenvolvida de acordo com a teorização da complacência apresentada por Gudjonsson (Gudjonsson, 1989, 1997), compreende um

conjunto de 20 afirmações às quais os sujeitos devem responder “Verdadeiro” ou “Falso”, de acordo com a forma como estas se aplicam a si próprios. Em virtude de não ter sido encontrada nenhuma versão portuguesa, a escala utilizada na presente investigação foi traduzida pelo autor sob a supervisão da orientadora desta dissertação.

No que diz respeito à pontuação, esta pode oscilar entre 0 e 20, sendo que, quanto mais elevada for mais complacente será o sujeito.

Ao nível dos dados normativos originais fornecidos por Gudjonsson (1989, 1997), estes apontam para uma média de 9 pontos e um desvio padrão de 3.5, numa população de adultos da população geral com média de idades de 24 anos. Ao serem observados os dados de uma população de sujeitos que fizeram alegadas falsas confissões, estes resultados mostram-se mais elevados, apresentando uma média de 14.3 e um desvio padrão de 4.

3.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos

Consistindo num instrumento de auto-resposta, o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Degoratis, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007) possui 53 itens que visam avaliar nove dimensões de sintomatologia psicopatológica, sendo estas: a somatização, as obsessões-compulsões, a sensibilidade interpessoal, a depressão, a ansiedade, a hostilidade, a ansiedade fóbica, a ideação paranóide e o psicoticismo. Para além destas dimensões, os resultados facultam avaliações sumárias de perturbação emocional através de três índices globais: o índice geral de sintomas, o total de sintomas positivos e o índice de sintomas positivos.

A utilização deste inventário na presente investigação, teve como finalidade excluir da amostra os participantes que obtivessem pontuações acima da média quanto à presença de sintomas psicopatológicos. Assim, optou-se por seguir como critério de exclusão os participantes com pontuações iguais ou superiores a 1.7 no índice de sintomas positivos, uma vez que, segundo Canavarro (2007), este é um valor a partir do qual “é provável encontrar pessoas perturbadas emocionalmente” (p. 316).

Ao nível das propriedades psicométricas, o inventário apresenta uma boa consistência interna, com valores que variam entre .62 (psicoticismo) e .80 (somatização). A variação de valores entre .63 (ideação paranóide) e .81 (depressão) indicam, igualmente, uma boa estabilidade temporal.

3.5. *Trail Making Test - A e Trail Making Test - B*

Segundo Cavaco et al. (2008), o *Trail Making Test* (TMT; Reitan, 1958; versão portuguesa de Cavaco et al., 2008) “é uma das provas neuropsicológicas mais utilizadas em todo o mundo, tanto na prática clínica como de investigação” (p. 222). Existem duas partes distintas do mesmo teste, a “A” e “B”. A parte “A” consiste numa folha de formato A4 que possui uma série de círculos com números, pedindo-se ao sujeito avaliado que trace com um lápis, da forma mais rápida que conseguir, uma linha que una os círculos, fazendo a sequência correta desde o círculo com o número 1 até ao círculo com o número 25. Na parte “B”, a única diferença é que para além de círculos com números também existem círculos com letras, sendo pedido ao sujeito que trace, de igual modo, uma linha que una todos os círculos, mas, desta vez, realizando sequências alternadas, isto é, intercalando números e letras seguindo a ordem correta (1-A, A-2, 2-B, B-3, etc). Em ambos os casos, os resultados do TMT traduzem-se no tempo de execução (em segundos) e no número de erros, os quais providenciam informações sobre “atenção, exploração visual, coordenação olho-mão, velocidade de processamento, sequenciação e flexibilidade cognitiva” (Cavaco et al., 2008, p. 223). Em virtude da parte “B” do teste solicitar a capacidade de alternância entre sequências, esta funciona também como uma medida de funções executivas (e.g., Spreen & Strauss, 1991 como citado em Cavaco et al., 2008).

Em relação aos dados normativos, estão disponíveis para a população portuguesa tanto ao nível etário, dos 21 e os 65 anos²³, como ao nível dos anos de escolaridade, desde os 4 até mais de 12 anos (Cavaco et al., 2008).

3.6. *Teste da Barragem de 3 Sinais*

O Teste da Barragem de 3 Sinais (Toulouse & Piéron, 1904; versão portuguesa de Amaral, 1967), também conhecido como o Teste da Barragem de Toulouse-Piéron, consiste numa folha de formato A3 onde estão dispostos vários quadrados que, por sua vez, possuem um traço numa determinada orientação. O que é solicitado ao sujeito é que, durante um período de tempo de 10 minutos, procure assinalar todos os quadrados que

²³ Também existem dados normativos para a população portuguesa a partir desta idade (Cavaco et al., 2013).

sejam iguais (ao nível da orientação do traço) aos 3 exemplos de quadrados previamente fornecidos.

O resultado final do teste é obtido através de uma fórmula onde são inseridos os resultados da cotação de todos os quadrados que foram assinalados corretamente, os que foram assinalados erradamente e aqueles que deveriam ter sido assinalados e não foram.

A natureza deste instrumento permite avaliar a atenção seletiva/focalizada na tarefa, a qual corresponde à capacidade do indivíduo atender a determinados estímulos em detrimento de outros.

Quanto aos dados normativos para a população portuguesa, Amaral (1967) apresenta médias e desvios padrão diferenciados em função do género e da escolaridade (instrução primária, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e licenciatura). Assim, os dados com maior relevância para a presente investigação relacionam-se com a média de $21,8 \pm 2,04$ e desvio padrão de $5,9 \pm 1,45$, referente ao género masculino com idades entre os 18 e os 50 anos e possuidores de licenciatura, e a média de $23,1 \pm 1,50$ e desvio padrão de $4,6 \pm 1,07$, referente ao género feminino com idades entre os 18 e os 40 anos e o mesmo nível de ensino.

3.7. Escala de Autoestima de Rosenberg

Construída por Morris Rosenberg (1965), esta é uma das escalas mais antigas e mais utilizadas para avaliar a autoestima global (Santos & Maia, 2003). Na presente investigação, a versão da Escala de Autoestima de Rosenberg utilizada baseou-se na versão portuguesa adaptada por Santos e Maia (2003). Em termos de estrutura, compreende um conjunto de 10 afirmações acerca do valor pessoal, sendo que 5 delas se encontram formuladas no sentido positivo e outras 5 no sentido negativo. No que diz respeito à cotação, cada item é pontuado entre 1 e 4, em que 1 corresponde a “discordo fortemente” e 4 a “concordo fortemente”. Este sentido de cotação é invertido, isto é, o 4 passa a corresponder a “discordo fortemente” e o 1 a “concordo fortemente”, nos itens que estão formulados em sentido negativo. A pontuação final da escala pode variar entre 10 e 40, onde resultados mais elevados indicam níveis mais altos de autoestima.

Embora tenha sido originalmente desenvolvida para avaliar a autoestima em adolescentes, esta escala já foi utilizada em amostras de

jovens adultos (e.g., Dias, 1996 como citado em Santos & Maia, 1999) e adultos (Simões & Lima, 1992 como citado em Santos & Maia, 1999).

Ao nível das propriedades psicométricas, Santos e Maia (2003) verificaram, numa amostra de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, resultados de consistência interna satisfatórios, variando entre .86 e .92, e um resultado de .90 no que diz respeito à estabilidade temporal, o que a torna, igualmente, satisfatória.

3.8. Questionário de Identificação da Fonte da Informação

O Questionário de Identificação da Fonte da Informação (Mastroberardino & Marucci, 2012; versão portuguesa traduzida e adaptada por Dinis & Pinho, 2014) utilizado no presente estudo, foi construído nos mesmos moldes daquele que foi utilizado por Mastroberardino e Marucci (2012), tendo como única diferença o facto de dizer respeito ao conteúdo das questões da GSS-1 e não da GSS-2 (cf. página 21). Assim, este instrumento fornece 4 tipos de medidas, as quais podem ajudar a averiguar a ocorrência de internalização da informação sugestiva e/ou complacência por parte dos sujeitos avaliados pela GSS, sendo estas:

- (1) Os erros de identificação da fonte em *Cedência 1*: medidos nas respostas às questões sugestivas que permanecem inalteradas, do primeiro para o segundo questionamento, e obtidos quando os participantes atribuem informação sugestiva das questões à história original (pontuação entre 0-15);
- (2) Os erros de identificação da fonte em *Alteração*: obtidos através das respostas que são alteradas, depois da introdução do *feedback negativo*, e que são atribuídas à história original²⁴ (pontuação entre 0-15);
- (3) As respostas complacentes em *Cedência 1*: medidas nas respostas às questões sugestivas que permanecem inalteradas, do primeiro para o segundo questionamento, e obtidas quando os participantes cederam a essas questões sugestivas mas atribuíram-nas à fonte de informação correta (pontuação entre 0-15);

²⁴ Não foram contabilizados como erros as alterações em que o sujeito atribuiu, de forma correta, a fonte da informação à história original (i.e., nas questões não sugestivas).

(4) As respostas complacentes em *Alteração*: obtidas quando as respostas mudadas, do primeiro para o segundo questionamento, foram atribuídas à fonte de informação correta (pontuação entre 0-20).

Os resultados destas 4 medidas são obtidos através da comparação das respostas dos participantes neste instrumento e nas medidas *Cedência 1* e *Alteração*, da GSS-1.

De acordo com Mastroberardino e Marucci (2012), enquanto os resultados de (1) e (2) podem concorrer para a explicação da existência de internalização da informação sugestiva, uma vez que os participantes atribuem a fonte das informações à história original, os resultados de (3) e (4) podem ser vistos como respostas de complacência, na medida em que os participantes fazem uma atribuição correta da fonte das informações mas cederam no questionamento da GSS-1.

Decorrente deste questionário, foi ainda criada, para esta investigação, uma medida simples do *Número total de erros de identificação da fonte da informação*, tendo em vista, especificamente, a avaliação da capacidade da memória da fonte da informação. A pontuação desta medida é obtida através da mera contagem do número de erros que os participantes cometeram na atribuição da fonte da informação. Assim, esta pontuação pode oscilar entre 0 e 20 pontos. São contabilizados como erros as situações em que os participantes selecionaram a “história” como sendo a fonte da informação das 15 afirmações que contêm informações sugestivas (derivadas das 15 questões sugestivas da GSS-1) e as situações em que selecionaram as “perguntas” como sendo a fonte da informação das 5 afirmações que contêm informações que estavam, de facto, contidas na história original da GSS-1 (derivadas das 5 questões não sugestivas). As afirmações às quais os participantes responderam “não sei” não foram contabilizadas como erros.

IV - Resultados

Os dados foram analisados estatisticamente com recurso ao *software* SPSS Versão 20.0 (IBM SPSS Inc. Chicago, IL).

1. Análise das diferenças entre grupos nas variáveis em estudo

O principal objetivo da presente investigação era o de averiguar a

influência da sobrecarga cognitiva na SI avaliada pela GSS-1. Neste sentido, procedeu-se ao cálculo do teste *t*-student para amostras independentes, de modo a analisar em que medida é que o grupo experimental e o grupo de controlo se diferenciavam na SI. Tendo em conta as restantes hipóteses em análise, e considerando-se a possibilidade dos grupos serem diferentes quanto às outras variáveis em estudo, utilizou-se, igualmente, o teste *t*-student com as medidas de autoestima, complacência, atenção/funções executivas e memória da fonte da informação.

Num primeiro momento, foram validados os pressupostos associados à utilização do teste *t*-student para amostras independentes. O pressuposto da normalidade das distribuições foi avaliado através do teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) e dos valores de assimetria e curtose. Apesar de algumas das variáveis não apresentarem, de acordo com o teste K-S, uma distribuição normal ($p < .05$), segundo Marôco (2010), tendo em consideração tanto a dimensão dos grupos em análise ($n=30$) como os valores de assimetria e curtose associados a cada variável (que indicavam a inexistência de violações severas na distribuição normal), é, ainda assim, possível optar pela utilização do teste paramétrico *t*-student, dada a sua robustez. Em relação ao pressuposto da homogeneidade das variâncias, avaliado através do teste de *Levene*, verificou-se que apenas uma variável apresentava um valor de $p < .05$ indicativo do incumprimento deste pressuposto, pelo que, neste caso, utilizou-se a correção de Welch para o teste *t*-student, disponibilizada pelo SPSS. Por último, considerou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as médias das variáveis quando associadas a um $p \leq .05$.

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da análise às diferenças entre os grupos nas variáveis consideradas, bem como as respetivas médias e desvios padrão para a amostra total e, separadamente, para os dois grupos.

Tabela 2

Estudo das diferenças entre o grupo de controlo e o grupo experimental nas variáveis em estudo. Valores médios e de desvio padrão para o total da amostra e por grupos.

	Amostra Total (n=60)		Grupo Controlo (n=30)		Grupo Experimental (n=30)		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
GSS-1								
Recordação	17.17	5.10	16.52	5.12	17.82	5.09	-0.99	.327
Distorções	1.77	1.36	2.13	1.33	1.40	1.30	2.16	.035
Invenções	0.88	0.94	0.90	0.88	0.87	1.01	0.14	.892
Total Confabulações	2.65	1.83	3.03	1.71	2.27	1.89	1.65	.105
Cedência 1	4.35	2.89	4.23	2.67	4.47	3.14	-0.31	.758
Cedência 2	6.32	3.50	6.17	3.18	6.47	3.84	-0.33	.743
Alteração	4.98	3.52	5.00	3.49	4.96	3.61	0.04	.971

Tabela 2 (cont.)

Estudo das diferenças entre o grupo de controlo e o grupo experimental nas variáveis em estudo. Valores médios e de desvio padrão para o total da amostra e por grupos.

	Amostra Total (n=60)		Grupo Controlo (n=30)		Grupo Experimental (n=30)		t	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
Sugestionabilidade Total	9.37	5.31	9.27	4.82	9.47	5.84	-0.15	.885
GCS - Form D	8.33	3.29	8.23	3.58	8.43	3.02	-0.23	.816
TMT-A								
Tempo (segundos)	24.53	9.02	24.30	8.74	24.77	9.43	-0.20	.843
Erros	0.02	0.13	0.03	0.18	0.00	0.00	- *	- *
TMT-B								
Tempo (segundos)	48.23	14.71	45.03	16.51	51.43	12.10	-1.71	.092
Erros	0.20	0.40	0.17	0.38	0.23	0.43	-0.64	.527
Barragem de 3 Sinais	23.77	4.42	23.55	4.35	23.99	4.55	-0.39	.699
RSES	33.23	3.37	32.97	3.26	33.50	3.51	-0.61	.545
QIFI								
QIFI (1)	0.13	0.12	0.11	0.12	0.15	0.12	-1.24	.221
QIFI (2)	0.07	0.10	0.07	0.10	0.08	0.11	-0.08	.935
QIFI (3)	0.08	0.09	0.08	0.08	0.08	0.09	-0.10	.920
QIFI (4)	0.16	0.12	0.15	0.11	0.17	0.13	-0.54	.590
Número total de erros	3.95	2.34	3.53	2.36	4.37	2.28	-1.39	.170

GSS-1 = Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson - Versão 1; GCS - Form D = Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D; TMT-A = *Trail Making Test - A*; TMT-B = *Trail Making Test - B*; RSES = Escala de Autoestima de Rosenberg; QIFI = Questionário de Identificação da Fonte da Informação; QIFI (1) = Erros de Identificação da Fonte em “Cedência 1”; QIFI (2) = Erros de Identificação da Fonte em “Alteração”; QIFI (3) = Respostas Complacentes em “Cedência 1”; QIFI (4) = Respostas Complacentes em “Alteração”.

Número total de erros = Número total de erros de identificação da fonte da informação

*Esta variável apresentava valores de assimetria e curtose indicativos de uma violação severa à distribuição normal, não se tendo procedido ao cálculo do teste *t*-student .

Como é possível constatar na Tabela 2, não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nas variáveis em estudo à exceção da variável *Distorções*, $t(58) = 2.16$, $p = .035$, $d = .58^{25}$, verificando-se, neste caso, que o grupo de controlo apresenta valores médios ($M = 2.13$, $DP = 1.33$) mais elevados do que o grupo experimental ($M = 1.40$, $DP = 1.30$).

Dado que uma possível explicação para a não observação de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, ao nível da SI, se podia dever ao facto da sobrecarga cognitiva não ter atuado de forma eficaz em todos os participantes do grupo experimental, considerou-se premente averiguar a hipótese de existirem diferenças entre o subgrupo específico de participantes que acertaram as duas evocações da tarefa de

²⁵ O tamanho do efeito da diferença foi obtido através do cálculo do *d* de Cohen, o qual demonstrou um tamanho do efeito considerado médio (Cohen, 1988 como citado em Pallant, 2011).

span de dígitos²⁶ e os participantes do grupo de controlo (que não realizaram qualquer tarefa concorrente). Contabilizou-se a percentagem de acertos e erros de cada participante do grupo experimental, aquando da aplicação da tarefa de *span* de dígitos, tendo-se verificado que, dos 30 participantes: 11 acertaram ambas as evocações (36.67%); 11 acertaram apenas a primeira evocação (36.67%); 2 acertaram apenas a segunda evocação (6.67%); e 6 não acertaram nenhuma das evocações (20.0%). Procedeu-se ao cálculo do teste *U* de Mann-Whitney²⁷ para comparar o grupo de controlo ($n=30$) com o subgrupo experimental composto pelos sujeitos que acertaram nas duas evocações ($n=11$). Novamente, não foram registadas diferenças estatisticamente significativas entre estes dois grupos no que diz respeito aos níveis de SI, mais concretamente nas medidas *Cedência 1* ($p = .942$), *Cedência 2* ($p = .407$), *Alteração* ($p = .441$) e *Sugestionabilidade Total* ($p = .653$).

2. Análise das correlações entre a SI e as variáveis em estudo

Apesar de se ter encontrado uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos na variável *Distorções*, tendo em conta que esta variável é avaliada antes da indução experimental de sobrecarga cognitiva, não se pode atribuir a diferença encontrada à execução da tarefa indutora dessa sobrecarga. Por este motivo, e dada a não observação de diferenças entre os dois grupos nas restantes variáveis, conduziram-se as análises das correlações na amostra total.

Para analisar as associações entre a SI e as variáveis autoestima, atenção/funções executivas, complacência e memória da fonte da informação, procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação produto-momento de *Pearson*. Em relação à utilização deste teste, foram validados os pressupostos relativamente à normalidade da distribuição das variáveis, linearidade e homogeneidade das variâncias. Considerou-se como estatisticamente significativos os coeficientes de correlação com um nível de significância associado $< .05$. De acordo com Cohen (1988 como citado em Pallant, 2011), classificou-se a magnitude de correlação como “baixa” para

²⁶ Espera-se que para os participantes que acertaram ambas as evocações dos dígitos a sobrecarga tenha ocorrido.

²⁷ Foi utilizado o teste não-paramétrico *U* de Mann-Whitney devido a um dos grupos, nesta análise em particular, ter um número de participantes inferior a 30.

valores entre $r = .10$ e $r = .29$, “moderada” para os valores entre $r = .30$ e $r = .49$ e “alta” para valores de $r = .50$ e $r = 1.00$.

2.1. Análise das correlações entre a SI e a autoestima

Na Tabela 3, surgem os resultados dos coeficientes de correlação produto-momento de *Pearson* observados entre a SI e a autoestima.

Tabela 3
Correlações produto-momento de *Pearson* entre a SI e a variável autoestima

	RSES	
	<i>r</i>	<i>p</i>
GSS-1		
Cedência 1	.10	.467
Cedência 2	.15	.239
Alteração	.09	.479
Sugestionabilidade Total	.11	.408

RSES = Escala de Autoestima de Rosenberg

Como se pode verificar (na Tabela 3), não foram encontradas associações, com significância estatística, entre as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*, da GSS-1, e a autoestima, avaliada através da Escala de Autoestima de Rosenberg.

2.2. Análise das correlações entre a SI e a atenção/funções executivas

Na Tabela 4, podem ser observados os resultados dos coeficientes de correlação produto-momento de *Pearson* entre a SI e as variáveis de atenção/funções executivas estudadas.

Tabela 4
Correlações produto-momento de *Pearson* entre a SI e as variáveis de atenção/funções executivas

	TMT-A		TMT-B		Barragem de 3	
	tempo		tempo		Sinais	
	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
GSS-1						
Cedência 1	-.10	.455	.03	.818	-.13	.338
Cedência 2	-.03	.813	.06	.641	-.01	.917
Alteração	-.12	.347	-.04	.738	.05	.719
Sugestionabilidade Total	-.12	.349	-.01	.966	-.04	.738

TMT-A = *Trail Making Test - A*; TMT-B = *Trail Making Test - B*

Os resultados das correlações produto-momento de *Pearson* da variável *Trail Making Test A - Erros* com a SI não surgem representados na Tabela 4 por se ter verificado que a primeira variável não cumpria os pressupostos da normalidade, da linearidade e da homogeneidade das variâncias. Uma possível explicação para a violação destes pressupostos poderá dever-se ao facto de apenas um dos participantes (do grupo de controlo) ter pontuado diferente de zero. Já em relação à variável *Trail Making Test B - Erros*, verificou-se que apesar de cumprido o pressuposto da normalidade da distribuição, os pressupostos da linearidade e da homogeneidade das variâncias não foram validados. Neste caso, em particular, optou-se por calcular o equivalente não-paramétrico *rho* de Spearman, considerando-se como nível de significância $p < .05$. Através desta análise, verificou-se que as variáveis *Cedência 1* e *Trail Making Test B - Erros* apresentaram uma correlação negativa estatisticamente significativa, $r = -.29$, $p = .027$, o que sugere que quanto maior for a suscetibilidade para ceder a questões sugestivas, menor é o número de erros cometidos no desempenho do TMT-B. Ainda a este nível, para as restantes medidas de SI, os coeficientes de correlação não atingiram o limiar de significância: *Cedência 2*, $r = -.10$, $p = .457$; *Alteração*, $r = -.09$, $p = .497$; *Sugestionabilidade Total*, $r = -.18$, $p = .158$. Em relação a todas as outras variáveis de atenção/funções executivas estudadas (TMT-A-Tempo, TMT-B-Tempo, Teste da Barragem de 3 Sinais) não foram encontradas correlações estatisticamente significativas, tal como indicam os valores da Tabela 4.

2.3. Análise das correlações entre a SI e a complacência

A Tabela 5 é referente aos resultados do coeficiente de correlação produto-momento de *Pearson* entre a SI e a variável complacência.

Tabela 5
Correlações produto-momento de *Pearson* entre a SI e a variável complacência

	GCS – Form D	
	<i>r</i>	<i>p</i>
GSS-1		
Cedência 1	-.01	.925

Tabela 5 (cont.)

Correlações produto-momento de Pearson entre a SI e a variável complacência

GCS – Form D		
	<i>r</i>	<i>p</i>
Cedência 2	.20	.129
Alteração	.22	.093
Sugestionabilidade Total	.14	.281

GCS – Form D = Escala de Complacência de Gudjonsson – Forma D

A análise da Tabela 5 mostra que não se verificaram correlações estatisticamente significativas entre estas variáveis.

2.4. Análise das correlações entre a SI e a memória da fonte da informação

Na Tabela 6, podem ser consultados os resultados da análise das correlações entre a SI e a memória da fonte da informação, avaliada pela medida *Número total de erros de identificação da fonte da informação* obtida através do Questionário de Identificação da Fonte da Informação (QIFI).

Tabela 6

Correlações produto-momento de Pearson entre a SI e o número total de erros de identificação da fonte da informação

Número total de erros de identificação da fonte da informação		
	<i>r</i>	<i>p</i>
GSS-1		
Cedência 1	.50	<.001
Cedência 2	.53	<.001
Alteração	.30	.022
Sugestionabilidade Total	.47	<.001

Como se pode verificar, a SI correlaciona-se com a capacidade de identificação da fonte da informação. A variável *Número total de erros de identificação da fonte da informação* apresenta uma correlação positiva e estatisticamente significativa com todas as medidas de SI, nomeadamente: *Cedência 1*, $r = .50$, $p < .001$; *Cedência 2*, $r = .53$, $p < .001$; *Alteração*, $r = .30$, $p = .022$; e *Sugestionabilidade Total*, $r = .47$, $p < .001$. Em termos da magnitude das correlações, e segundo a classificação de Cohen (1988 como

citado em Pallant, 2011), estas são altas entre *Cedência 1* e *Número total de erros de identificação da fonte da informação* e *Cedência 2* e *Número total de erros de identificação da fonte da informação*, e moderadas para a relação entre *Alteração* e *Sugestionabilidade Total* com o *Número total de erros de identificação da fonte da informação*.

3. Internalização da informação sugestiva versus complacência nos resultados da GSS-1

Com o intuito de explorar em que medida é que a SI avaliada pela GSS-1 se deve à internalização da informação sugestiva e/ou a comportamentos de complacência para com o interrogador, foram utilizadas as 4 medidas originais fornecidas pelo Questionário de Identificação da Fonte da Informação (QIFI) que se reportam às questões da GSS-1 e cujos resultados foram obtidos através da comparação das respostas dos participantes nos dois instrumentos (cf. Tabela 7). Uma vez que se apurou que a indução de sobrecarga cognitiva (no grupo experimental) não parece ter contribuído para a emergência de nenhum tipo particular de resposta, pois não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto aos resultados destas quatro medidas, esta análise de dados também foi conduzida na amostra total.

Tabela 7
Médias e desvios padrão das proporções do QIFI pelas variáveis 'tipo de erro' e 'fonte do item'.

Tipo de Erro	Fonte do Item	M	DP
Identificação da Fonte	Cedência 1	.13	.12
	Alteração	.08	.10
	Total	.10	.11
Complacência	Cedência 1	.08	.08
	Alteração	.16	.12
	Total	.12	.11
Total	Cedência 1	.11	.11
	Alteração	.12	.12
	Total	.11	.11

Para a realização desta análise, e à semelhança de Mastroberardino e Marucci (2012), foi conduzida uma ANOVA bi-fatorial²⁸. No presente estudo foram consideradas duas variáveis independentes ('tipo de erro': identificação da fonte *versus* complacência e 'fonte do item': cedência 1 *versus* alteração), sendo a variável dependente as proporções das pontuações obtidas nas quatro medidas originais do QIFI. Os pressupostos relativos à utilização deste procedimento estatístico foram validados, nomeadamente o pressuposto da normalidade da distribuição (os valores de assimetria e curtose apontavam, claramente, para a inexistência de violações severas a uma distribuição normal) e a homogeneidade das variâncias²⁹. O tamanho do efeito foi analisado através do *eta parcial ao quadrado*, que indica a proporção da variância da variável dependente que é explicada pela variável independente, considerando-se um efeito, respetivamente, de .01, .06 e .138 como sendo um efeito pequeno, médio e grande (Pallant, 2011, p. 210).

Tendo em consideração que as medidas QIFI (1) e (2) procuram medir o número de erros devidos à internalização da informação sugestiva e as medidas QIFI (3) e QIFI (4) o número de erros devidos à complacência para com o interrogador, os resultados obtidos na ANOVA mostraram que apesar dos participantes terem reportado mais erros devido à 'complacência' ($M = 0.12$, $DP = 0.11$) do que erros de 'identificação da fonte'/internalização ($M = 0.10$, $DP = 0.11$), esta diferença não é estatisticamente significativa, tendo em conta os resultados obtidos para o efeito principal da variável 'tipo de erro', $F(1, 236) = 1.29$, $p = .258$. No mesmo sentido, apesar dos participantes terem pontuado mais em *Alteração* ($M = 0.12$, $DP = 0.12$) do que em *Cedência 1* ($M = 0.11$, $DP = 0.11$), esta diferença não se revelou estatisticamente significativa, tendo mais uma vez em consideração o resultado obtido para o efeito principal da variável 'fonte do item', $F(1, 236)$

²⁸ Segundo Pallant (2011), uma ANOVA bi-fatorial é o procedimento estatístico adequado quando se pretende averiguar o efeito de duas variáveis independentes numa variável dependente e a possível existência de um efeito de interação, ou seja, quando se pretende testar em que medida o efeito de uma variável independente na variável dependente é influenciado por outra variável independente.

²⁹ Dado que o teste de *Levene* obtido $F(3, 236) = 2.74$; $p = .044$) apontava para a não homogeneidade da variância da variável dependente entre os grupos, adoptou-se um nível de significância mais exigente ($\leq .01$) para analisar os resultados da ANOVA bi-fatorial, tal como sugerido em Pallant (2011, p. 270). Adicionalmente, as análises da variância são relativamente robustas à violação deste pressuposto quando os grupos em análise têm uma dimensão semelhante (Pallant, 2011, p. 207), como é o caso aqui presente.

= 0.51, $p = .477$. Contudo, os resultados da ANOVA mostraram a existência de um efeito de interação significativo entre as variáveis ‘tipo de erro’ e a ‘fonte do item’, $F(1, 236) = 23.86$, $p < .001$, sendo o tamanho do efeito classificado como médio ($\eta_p^2 = .09$). Este resultado (cf. gráfico no Anexo II) indica que existe uma diferença estatisticamente significativa do efeito do ‘tipo de erro’ (identificação da fonte vs complacência) na proporção de erros para cada um dos níveis da variável ‘fonte do item’ (cedência 1 vs alteração) e vice-versa. De facto, a análise da Tabela 7 permite verificar que o número médio de erros devidos à ‘identificação da fonte’/internalização em *Cedência 1* ($M = 0.13$, $DP = 0.12$) é superior ao número médio de erros devidos à ‘identificação da fonte’/internalização em *Alteração* ($M = 0.08$, $DP = 0.10$). Em sentido inverso, o número médio de erros de ‘complacência’ em *Cedência 1* ($M = 0.08$, $DP = 0.08$) é inferior ao número médio de erros de ‘complacência’ em *Alteração* ($M = 0.16$, $DP = 0.12$). Adicionalmente, é possível verificar que o número médio de erros devidos à ‘identificação da fonte’/internalização é superior ao número médio de erros de ‘complacência’ em *Cedência 1* (respetivamente, $M = 0.13$ e $M = 0.08$) e, pelo contrário, o número médio de erros devidos à ‘identificação da fonte’/internalização é inferior ao número médio de erros de ‘complacência’ em *Alteração* (respetivamente, $M = 0.08$ e $M = 0.16$).

V - Discussão

Como referido na nota introdutória da presente investigação, a prova testemunhal reveste-se de grande importância nos sistemas de justiça dos países ocidentais (Yarmey, 2006). Contudo, têm-se verificado casos que demonstram que este tipo de prova pode ser subjetiva e passível de ser contaminada, perdida ou destruída, tal como acontece com a prova material (Pinho, 2008; Pires, 2011), devendo, por isso, ser alvo de um escrutínio aprofundado. A tomada de consciência desta problemática levou a que, ao longo dos anos, diversos investigadores se tenham vindo a debruçar sobre quais os fatores que podem perturbar a exatidão deste tipo de prova, sabendo-se hoje que, entre outros, a falibilidade mnésica, a suscetibilidade à sugestão e a existência de pressão na interação social entre pares se assumem como fatores a ter em consideração neste contexto.

O presente estudo procurou perceber de que forma é que a indução de

sobrecarga cognitiva, através do efeito da atenção dividida, pode afetar os níveis de SI de sujeitos avaliados pela GSS-1. Adicionalmente, procurou-se ainda perceber de que forma é que a SI se correlaciona com variáveis como a autoestima, atenção/funções executivas, complacência e memória da fonte da informação. Foram também realizadas análises exploratórias para se perceber em que medida é que os resultados da GSS-1 se devem a internalização da informação sugestiva e/ou a comportamentos de complacência.

Em relação à primeira hipótese desta investigação, a qual visava apurar se a indução de sobrecarga cognitiva conduziria a níveis mais elevados de SI, a mesma não foi corroborada, não tendo sido observadas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e o grupo experimental (condição de indução de sobrecarga cognitiva) quanto à SI³⁰. Os resultados obtidos estão em consonância com os de Drake et al. (2013). Assim, embora de acordo com o modelo de Gudjonsson e Clark (1986) a *incerteza* desempenhe um papel relevante nos níveis de SI, a mesma não parece ser afetada pela indução de sobrecarga cognitiva na memória de trabalho, situação que Drake et al. (2013) admitiu ser, hipoteticamente, possível. É importante salientar que estes resultados podem ser alvo de diversas explicações. Em primeiro lugar, apesar de se ter aplicado a tarefa de *span* de dígitos aos participantes do grupo experimental, tornou-se difícil assegurar que a mesma tivesse atuado da forma pretendida, isto é, que tivesse realmente provocado sobrecarga cognitiva. O registo das evocações dos dígitos mostrou que nem todos os participantes submetidos à tarefa de *span* de dígitos se mantiveram focados na mesma. Apenas 11 participantes (em 30) conseguiram evocar com êxito ambas as séries, podendo-se supor que apenas nestes a sobrecarga cognitiva tenha ocorrido de forma mais efetiva. Contudo, quando se compararam os níveis de SI destes 11 participantes com os níveis de SI dos participantes do grupo de controlo,

³⁰ A única exceção relaciona-se com a diferença estatisticamente significativa encontrada entre os grupos quanto à variável *Distorções*, a qual está relacionada com a recordação imediata da história no procedimento da GSS-1. Embora esta variável possa influenciar os resultados das medidas mais diretas de SI (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*), tendo em conta que a mesma diz respeito à recordação da história acerca da qual são, posteriormente, colocadas as questões, o facto de não terem surgido diferenças estatisticamente significativas quanto às restantes medidas de SI supracitadas, entre os grupos, legítima a análise dos resultados realizada.

continuaram a não ser verificadas diferenças estatisticamente significativas.

É interessante notar que, apesar de tudo, a sobrecarga cognitiva parece ter atuado de alguma forma, embora não no sentido pretendido. Esta constatação advém do facto de se ter verificado que um número considerável de participantes do grupo experimental ($n=19$) se mostrou incapaz de recordar, pelo menos numa das vezes, os números da tarefa de *span* de dígitos no momento em que lhes era requerida a sua evocação, o que suscita a ideia de que a sua memória de trabalho foi de alguma forma prejudicada pela necessidade de realizar duas tarefas em simultâneo. Esta situação em particular, que pode ter tido consequências nos resultados obtidos pelos participantes, poderá dever-se ao facto destes atribuírem pouca relevância à tarefa de *span* de dígitos, em detrimento da mobilização dos seus recursos mnésicos, essencialmente, para a resposta à GSS-1. Adicionalmente, e não obstante esta possível explicação para a não observação de diferenças entre os grupos quanto aos níveis de SI, há ainda a considerar a explicação avançada por Drake et al. (2013), a qual diz respeito à possibilidade dos participantes terem recorrido a estratégias de *coping* alternativas para lidarem com a situação avaliativa, tanto no grupo de controlo como no grupo experimental, sendo reconhecida a influência que estas podem desempenhar nos níveis de SI (Gudjonsson, 1988 como citado em Drake et al., 2013). Em relação a esta possibilidade, salienta-se que Gudjonsson (1988 como citado em Gudjonsson, 2003) encontrou associações estatisticamente significativas entre diferentes níveis de SI e o recurso a diferentes estratégias de *coping*. Mais concretamente, classificando as estratégias de *coping* utilizadas pelos participantes de acordo com os ‘métodos de *coping*’ descritos por Moos (1981 como citado em Gudjonsson, 2003) e Moos e Billings (1982 como citado em Gudjonsson, 2003), Gudjonsson (1988 como citado em Gudjonsson, 2003) observou que os participantes que reportaram ter recorrido a estratégias de *coping* evitantes (*avoidance coping*, i.e., evitar uma avaliação crítica da situação) apresentavam níveis de SI mais elevados do que os participantes que reportaram recorrer a estratégias de *coping* ativo-cognitivas (*active-cognitive methods*, i.e., tentar processar a situação de uma forma ativa, avaliando-a) e ativo-comportamentais (*active-behavioural methods*, i.e., exibir comportamentos indicativos de uma tentativa de encarar a situação de forma direta e crítica).

No que diz respeito à segunda hipótese em estudo, a mesma não foi corroborada, pois não se verificou uma correlação negativa entre a SI e a autoestima. Desta forma, os resultados obtidos não são concordantes com a ideia apoiada pelo modelo de Gudjonsson e Clark (1986) de que existe uma relação negativa entre estes dois constructos. Também não estão em linha com os de Baxter et al. (2003) nem com os de Bain et al. (2004). Os primeiros haviam observado que a baixa autoestima se associava a resultados significativamente mais elevados em todas as medidas de SI, enquanto os segundos, por sua vez, observaram uma correlação negativa entre a autoestima e a medida de SI *Alteração*. De facto, de entre as medidas de SI, a *Alteração* seria aquela que, devido à sua natureza, se esperaria que estivesse mais associada negativamente com a autoestima. É de lembrar que esta medida em particular advém da alteração de respostas do primeiro para o segundo questionamento (no procedimento da GSS) e é obtida após a aplicação do *feedback negativo*. Assim, seria de esperar que pessoas com baixa autoestima fossem mais suscetíveis a esta forma de pressão interrogativa, procedendo a mais alterações nas suas respostas. Os resultados obtidos na presente investigação estão, assim, de acordo com os de Drake et al. (2008), que no seu estudo também não verificaram qualquer correlação significativa entre estas medidas.

No que concerne à terceira e quarta hipóteses em estudo - aqui discutidas em conjunto devido ao facto de ambas serem referentes à relação entre a SI e a atenção/funções executivas - estas também não foram corroboradas, uma vez que não se registaram as associações esperadas entre as variáveis de atenção/funções executivas estudadas e a SI. Mais concretamente, ao nível da *atenção seletiva* os resultados obtidos parecem ir ao encontro dos de Correia (2012), nos quais também não se apurou uma correlação negativa entre este tipo de atenção (avaliada através do Teste da Barragem de 3 Sinais) e a SI. Em relação à possível existência de correlações positivas entre a SI e as variáveis *tempo* e *erros*, avaliadas através dos instrumentos *Trail Making Test A* e *B*, também não foi observada sustentação empírica que aponte nesse sentido. De facto, esperava-se que um maior número de erros e um maior tempo de execução nestes instrumentos estivesse associado a níveis mais elevados de SI. Ao não se ter encontrado esta associação, os resultados parecem indicar que a SI não se relaciona com

fatores como a exploração visual, a velocidade de processamento e a flexibilidade cognitiva. Ainda este nível, emergiu um resultado que não era esperado: uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre a medida de *SI Cedência 1* e a variável *Trail Making Test B – Erros*, o que sugere que quanto maior for a suscetibilidade para ceder a questões sugestivas, menor é o número de erros cometidos na execução deste teste. Este resultado poderá, no entanto, ter um significado relativo, uma vez que o número de participantes que cometeu erros foi reduzido, cifrando-se em apenas 12 de um total de 60. Assim, de um modo geral, no que diz respeito ao estudo da relação entre a SI e a atenção/funções executivas, os resultados da presente investigação vão ao encontro dos obtidos por Calicchia e Santoestefano (2004), Howard e Chaiwutikornwanich (2006) e Correia (2012). Por outro lado, contrariam afirmações de Binet (1900 como citado em Ridley, 2013) e Lipmann (1911 como citado em Ridley, 2013), as quais se referiram à possível existência desta relação.

Passando à discussão da quinta hipótese em estudo, a qual perspetivava a existência de uma correlação positiva entre as medidas de SI e a complacência, avaliada através da Escala de Complacência de Gudjonsson - Forma D (GCS - Form D), esta não foi corroborada. Ao contrário daquilo que seria expectável de acordo com Gudjonsson (1989 como citado em Gudjonsson, 1997), não se observou qualquer correlação positiva estatisticamente significativa entre estas medidas. É de notar que a GCS - Form D avalia a complacência de acordo com uma teorização do constructo elaborada pelo próprio Gudjonsson (1989, 1997), que a coloca a um nível semelhante ao da obediência. Deste modo, seria de esperar que fosse observada uma correlação positiva, pelo menos, entre a complacência e a medida de *SI Alteração*, dado que esta última decorre da aplicação do *feedback negativo* e poderá, por isso, estar mais associada a uma situação que confronta os participantes com a necessidade de obediência/submissão. Os resultados deste estudo divergem, assim, dos de Gudjonsson (1990, 1997) e de Richardson e Kelly (2004), que observaram correlações positivas entre estas medidas. Por outro lado, estão de acordo com os de Smith e Gudjonsson (1995), que também não encontraram qualquer correlação significativa. Contudo, é de salientar que tanto Richardson e Kelly (2004) como Smith e Gudjonsson (1995) recorreram, respetivamente, a uma

amostra de jovens institucionalizados e a uma amostra psiquiátrica forense, sendo que, na presente investigação, se trata de uma amostra de jovens adultos da população geral.

Quanto à sexta hipótese em estudo, esta pode ser considerada corroborada. Foram encontradas correlações positivas entre todas as medidas de SI (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*) e a memória da fonte da informação, avaliada através da variável *Número total de erros de identificação da fonte da informação* obtida a partir do QIFI. Em relação à magnitude destas correlações, segundo a classificação de Cohen (1988 como citado em Pallant, 2011), são altas entre a *Cedência 1* e *Cedência 2* e o *Número total de erros de identificação da fonte da informação* e moderadas entre a *Alteração* e *Sugestionabilidade Total* e o *Número total de erros de identificação da fonte da informação*. Estes resultados parecem indicar que níveis mais elevados de SI estão associados a menor capacidade da memória da fonte. Por outras palavras, sugerem que as pessoas que apresentam níveis mais elevados de SI têm maior dificuldade em fazer uma distinção correta acerca de qual a origem das suas memórias. Os resultados observados apontam, assim, no sentido da existência de uma associação negativa entre a sugestionabilidade e a capacidade da memória da fonte³¹. Deste modo, não são consonantes com os que foram obtidos por Cunha e Pinho (2011) que, ao recorrerem a uma tarefa para avaliar a capacidade da memória da fonte alheia aos conteúdos da GSS-2, não registaram qualquer relação entre esta e a SI. Em relação à possibilidade de nesta investigação a indução da sobrecarga cognitiva poder ter prejudicado o desempenho dos participantes do grupo experimental na tarefa de memória da fonte utilizada, em virtude desta sobrecarga ter sido imposta à memória de trabalho em simultâneo com as fases de questionamento da GSS-1 e de, por sua vez, as afirmações do QIFI se referirem a conteúdos da GSS-1, julgamos que esta é uma questão que não se coloca, pois os níveis de SI - bem como os níveis da própria variável *Número total de erros de identificação da fonte da informação* - não diferiram de forma estatisticamente significativa entre os grupos (motivo pelo qual esta análise

³¹ Note-se que, apesar de na presente investigação se terem alcançado correlações positivas, ao invés de correlações negativas entre os constructos, isso se deve ao facto da medida utilizada para avaliar a capacidade de memória da fonte ter sido o número de erros cometidos pelos participantes na atribuição da fonte das suas memórias, ao invés do número de atribuições corretas.

foi conduzida na amostra total, como foi mencionado).

A propósito das análises realizadas com carácter exploratório, foi possível constatar que os resultados da GSS-1 parecem decorrer de dois fenómenos diferentes. Os dados de Mastroberardino e Marucci (2012) haviam indicado que para os resultados de *Cedência 1* podem contribuir tanto a internalização da informação sugestiva como a complacência dos participantes para com o investigador, enquanto os resultados de *Alteração* parecem ser devidos, maioritariamente, ao fenómeno de complacência. Os resultados obtidos na presente investigação vão, em certa medida, no mesmo sentido. A análise das médias sugere que enquanto as pontuações observadas em *Cedência 1* parecem estar mais associadas à internalização da informação sugestiva por parte dos participantes, as pontuações em *Alteração* parecem decorrer, maioritariamente, do fenómeno de complacência. Aqui, a estrutura e os procedimentos de aplicação da própria GSS-1 afiguram-se como uma explicação para os resultados observados. É de relembrar que as pontuações dos participantes em *Cedência 1* decorrem da exposição destes a informações sugestivas. Assim, não é de estranhar que as mesmas possam ser internalizadas como sendo verdadeiras e como fazendo parte da história original do instrumento. Por outro lado, as pontuações em *Alteração* decorrem da, já mencionada, existência de pressão interrogativa (*feedback negativo*), a qual pode constituir um possível fator explicativo para maior ocorrência de respostas devidas a comportamentos de complacência, independentemente da forma como este fenómeno é entendido pelos diferentes autores (e.g., Gudjonsson 1989, 1997; Irving, 1987; Mastroberardino & Marucci, 2012). A respeito desta última afirmação, é de notar que na quinta hipótese desta investigação não foram encontradas correlações positivas com significância estatística entre a SI e a complacência, quando avaliada pela GCS - Form D, podendo sugerir que um método de avaliação mais indireto, como é o caso do instrumento QIFI, poderá ser mais adequado quando se pretende avaliar este constructo.

A finalizar a discussão dos resultados desta investigação, torna-se imperativo elencar limitações que lhes subjazem, as quais devem ser tidas em consideração em estudos futuros. Em primeiro lugar, e como já foi referido, não foi possível garantir que todos os participantes do grupo experimental tivessem sido submetidos à mesma intensidade de sobrecarga

cognitiva, ou, inclusivamente, que esta indução tenha, de facto, ocorrido em alguns deles. É plausível considerar que esta limitação decorra da própria natureza da tarefa concorrente utilizada para induzir a sobrecarga cognitiva. Desta forma, seria interessante que em estudos futuros se recorresse a outro tipo de tarefas, mas que, dada a sua forma de administração/execução, se tornem mais difíceis de não serem concluídas pelos participantes (e.g., Vrij et al., 2008; cf. nota de rodapé 12). Em relação à segunda hipótese, o facto da avaliação da autoestima necessitar de um instrumento de auto-resposta, levanta inevitavelmente a questão acerca da genuinidade das respostas dos participantes ou se, por outro lado, estas foram ao encontro de uma certa desejabilidade social. Outro aspeto a ter aqui em consideração relaciona-se com o critério de exclusão desta amostra ter sido a presença de níveis elevados de psicopatologia. Tal procedimento, poderá ter contribuído para a existência de pouca variabilidade nos níveis de autoestima dos participantes, pois, como é sugerido na literatura, existe uma relação entre a autoestima e os níveis de psicopatologia (Zeigler-Hill, 2011). A limitação correspondente ao formato de resposta dos instrumentos também deve ser tida em consideração quanto ao estudo relacionado com a quinta hipótese. A GCS - Form D, utilizada para avaliar a complacência, também consiste num instrumento de auto-resposta, podendo os resultados obtidos estarem distorcidos não só pela questão da desejabilidade social mas também, neste caso, por uma certa visão enviesada dos participantes acerca de si próprios. Para contornar esta situação em específico, em estudos futuros poder-se-á recorrer ao instrumento Escala de Complacência de Gudjonsson - Forma E (GCS - Form E; Gudjonsson, 1989, 1997), o qual, embora vise avaliar a complacência segundo as mesmas bases teóricas, é aplicado a uma terceira pessoa com relação direta com o sujeito avaliado, podendo-se esperar, eventualmente, obter resultados mais fidedignos. Outra solução pode passar por utilizar instrumentos semelhantes ao QIFI, que, dada a sua estrutura e forma de aplicação, avaliam a ocorrência de complacência de uma forma indireta. Quanto à terceira e quarta hipóteses do estudo, pode-se concluir que as variáveis de atenção/funções executivas estudadas não tenham, de facto, qualquer relação com a SI. O recurso a uma amostra com elevado grau de escolaridade nesta investigação poderá não ser alheio aos resultados observados a este nível, dado que os instrumentos utilizados podem não ter

sido os mais desejáveis para este tipo de população. Assim, em estudos futuros, recomenda-se a utilização de outros tipos de testes que visem avaliar a atenção/funções executivas, até porque são escassas as investigações neste âmbito. Relativamente à sexta hipótese, é pertinente referir que, tal como sugerido por Eisen et al. (2002 como citado em Ridley & Clifford, 2006), é provável que a natureza da sugestionabilidade induzida através do procedimento das GSS (1 e 2) seja qualitativamente diferente da induzida através dos procedimentos experimentais relacionados com o *efeito da desinformação*, incluindo os que recorreram à identificação da fonte. De acordo com estes autores, a primeira estará associada, maioritariamente, à existência de pressão social decorrente da interação que é estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, sendo que, a segunda, estará mais associada a fatores mnésicos. Deste modo, na presente investigação, os resultados obtidos poderão refletir também o efeito do *feedback negativo* presente no procedimento da GSS-1, ou seja, é possível que a memória da fonte dos participantes tenha sido induzida em erro pela presença deste tipo de pressão interrogativa. Na verdade, os procedimentos da GSS-1 que conduziram aos níveis de SI observados, podem também, eventualmente, ter contribuído para prejudicar o desempenho dos participantes na tarefa de memória da fonte, neste caso, a medida *Número total de erros de identificação da fonte da informação*. No âmbito do estudo realizado com caráter exploratório, é importante ter em consideração que apesar de se ter procurado averiguar quais os fenómenos que estão na base das respostas dos participantes à GSS-1 (internalização da informação sugestiva *versus* complacência) e de se terem alcançado algumas conclusões (discutidas anteriormente), não foram tidos em conta os processos que medeiam esses mesmos fenómenos, nomeadamente no que diz respeito à complacência, acerca da qual parece existir um acentuado desacordo na literatura. Em estudos futuros seria interessante explorar qual o tipo de complacência que mais se relaciona com os resultados da GSS e, também, quais os fatores mnésicos que estão na base da ocorrência da internalização da informação sugestiva por parte dos participantes.

A dimensão reduzida da amostra utilizada nesta investigação ($n=60$) e a necessidade de repetir os estudos realizados em diferentes amostras representativas (e.g., diferentes níveis de escolaridade, diferentes faixas

etárias) são também limitações à generalização dos resultados obtidos que devem ser tidas em consideração em estudos futuros.

VI - Conclusões

Ao longo dos anos, a Psicologia Forense tem vindo a demonstrar um interesse crescente no estudo da credibilidade dos testemunhos. De facto, é sabido que a prova testemunhal é bastante poderosa em contexto judicial e, por isso, as suas consequências não devem ser encaradas de forma ligeira. São vários os autores que têm contribuído para esta mesma ideia, mostrando que existem diversos fatores que podem influenciar os depoimentos de testemunhas (e.g., Gudjonsson, 1984, 1987, 1997; Lindsay & Johnson, 1989; Pinho, 2008; Pires, 2011).

A presente investigação focou-se, essencialmente, no conceito de sugestionabilidade interrogativa (SI), tal como esta é avaliada pelo instrumento GSS-1, sendo o seu principal objetivo averiguar se os níveis deste tipo específico de sugestionabilidade aumentariam devido à indução de sobrecarga cognitiva. Adicionalmente, procurou-se ainda estudar a forma como a SI se correlacionava com variáveis como a autoestima, atenção/funções executivas, complacência e memória da fonte, tendo sido, também, conduzidas análises exploratórias para tentar perceber quais os fenómenos que poderão explicar os resultados de SI avaliados pela GSS-1.

Verificou-se que a indução de sobrecarga cognitiva não parece prejudicar os níveis de SI, não tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e o grupo experimental quanto às medidas de SI *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*. Embora esta relação não tenha emergido na presente investigação (ver anteriormente limitações deste estudo), é importante continuar a investigar a possível associação existente entre estes dois constructos, também devido à escassez notória de estudos sobre esta temática. Através da literatura prévia, é sabido que a suscetibilidade para ceder a questões sugestivas e a propensão para alterar depoimentos em função da ocorrência de pressão interrogativa podem prejudicar os relatos de uma testemunha. Contudo, só através de mais investigações é que se poderá retirar mais ilações acerca da forma como a indução de sobrecarga cognitiva pode interagir com estes dois fatores e revelar-se como mais uma variável

prejudicial para a fidedignidade dos relatos das testemunhas. É importante lembrar que nesta investigação se recorreu a uma tarefa de *span* de dígitos com vista à indução experimental de sobrecarga cognitiva nos participantes, no entanto, é possível supor outras formas sob as quais a sobrecarga cognitiva pode emergir num contexto de interrogatório, nomeadamente através da necessidade do interrogado processar diversas informações em simultâneo. Mais investigações neste âmbito poderão também ser importantes para se averiguar se a sobrecarga cognitiva é um fator a ter em consideração quando se recorre à GSS-1 para avaliar a credibilidade de uma determinada testemunha.

Em relação à análise das correlações entre a SI e as outras variáveis em estudo – as quais foram conduzidos na amostra total – não se encontraram relações estatisticamente significativas entre a SI e a autoestima, a complacência (segundo a teorização de Gudjonsson) e a atenção/funções executivas.

Por outro lado, mostrou-se como potencialmente interessante o estudo da relação entre a SI e a capacidade de distinguir a origem das memórias, vulgarmente descrita como a capacidade da memória da fonte. Foram encontradas correlações positivas entre as diferentes medidas de SI (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*) e o número de erros dado pelos participantes quando lhes foi pedido para atribuir uma fonte às suas memórias. Apesar de na literatura existirem estudos nos quais se procurou investigar a relação entre a memória da fonte e a sugestionabilidade, seguindo diferentes procedimentos/paradigmas (e.g., Lindsay & Johnson, 1989; Cunha & Pinho, 2011), este foi, tanto quanto se sabe, o primeiro estudo em que se recorreu a uma medida de avaliação deste constructo que decorre diretamente dos conteúdos da GSS-1 (*Número de erros de identificação da fonte da informação*), obtida através do QIFI. Também se salienta como interessante a utilização do QIFI na averiguação dos fenómenos que estão na base das pontuações da GSS-1. Os resultados obtidos através das quatro medidas originais deste instrumento (Mastroberardino & Marucci, 2012) parecem apontar no sentido de que tanto a internalização da informação sugestiva como a complacência estejam relacionadas com a SI e, mais especificamente, com a suscetibilidade à sugestão e com a pressão interrogativa, respetivamente.

Em suma, com o presente trabalho, conclui-se que esta é uma área de investigação em que continua a ser relevante a realização de mais estudos, pois, persistem diversas questões por responder e por clarificar. Deste modo, futuramente, seria interessante implementar investigações nas quais se ultrapassem as limitações que nesta foram identificadas. Como exemplos, poderá ser interessante: recorrer a outras formas de induzir sobrecarga cognitiva, para perceber qual a influência desta na SI; estudar, de uma forma mais pormenorizada, em que é que consiste, afinal, o fenómeno da complacência e qual o papel que este desempenha na SI; ou, ainda, conduzir investigações em que se estude a relação entre a SI e a capacidade de identificação da fonte das memórias (e.g., recorrendo a diferentes provas de monitorização da fonte da informação).

Bibliografia

- Amaral, J. R. (1967). *O teste da barragem de Toulouse e Piéron na medição e diagnóstico da atenção: Elementos de aferição para a população portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2000). Interrogative suggestibility: The role of interviewer behavior. *Legal and Criminological Psychology*, 5, 123-133. doi:10.1348/135532500168029
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 239-252. doi:10.1348/1355325041719419
- Baxter, J. S., & Bain, S. A. (2002). Faking interrogative suggestibility: The truth machine. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 219-225. doi:10.1348/135532502760274819
- Baxter, J. S., & Boon, J. C. W. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28, 753-762. doi:10.1016/s0191-8869(99)00136-1
- Baxter, J. S., Boon, J. C. W., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40, 87-98. doi:10.1016/j.paid.2005.06.017
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35(6), 1285-1292. doi:10.1016/s0191-8869(02)00349-5
- Boon, J., Gozna, L., & Hall, S. (2008). Detecting 'faking bad' on the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 44, 263-272. doi:10.1016/j.paid.2007.08.005
- Calicchia, J., & Santoestefano, S. (2004). The assessment of interrogative suggestibility in adolescents: Modalities, gender and cognitive control. *North American Journal of Psychology*, 6 (1), 1-12.
- Canavaro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: BSI. In M. R. Simões, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (vol. III, pp. 305-331). Coimbra: Quarteto.
- Cavaco, S., Gonçalves, A., Pinto, C., Almeida, A., Gomes, F., Moreira, I., Fernandes, J., & Teixeira-Pinto, A. (2013). Trail Making Test: Regression-

- based norms for the Portuguese population. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 28, 189-198. doi:10.1093/arclin/acs115
- Cavaco, S., Pinto, C., Gonçalves, A., Gomes, F., Pereira, A., & Malaquias, C. (2008). Trail Making Test: Dados Normativos dos 21 aos 65 anos. *Psychologica*, 49, 221-238.
- Chandler, P., & Sweller, J. (1992). The split-attention effect as a factor in the design of instruction. *British Journal of Educational Psychology*, 62, 233-246. doi:10.1111/j.2044-8279.1992.tb01017.x
- Correia, A. R. P. (2012). *Uma nova escala de sugestionabilidade interrogativa análoga à GSS-1: estudo exploratório com uma amostra de jovens portuguesas*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Cunha, D. G. (2009). *Sugestionabilidade interrogativa e violência conjugal: Serão as vítimas de violência conjugal mais sugestionáveis?* (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Cunha, D. G., & Pinho, M. S. (2011). Sugestionabilidade interrogativa em mulheres vítimas de violência conjugal. *Ex Aequo*, 23, 133-147.
- Davis, D., & Leo, R. (2013). Acute suggestibility in police interrogation: Self-regulation failure as a primary mechanism of vulnerability. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Roy (Eds.) *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Diana, B., Zurloni, V., & Elia, M., (2012). Imposing cognitive load to unmask prepared lies: A recurrent temporal pattern detection approach. In A. J. Spink, F. Grieco, O. E. Krips, L. W. S. Loijens, L. P. J. J. Noldus, & P. H. Zimmerman (Eds.), *Proceedings of Measuring Behavior 2012: 8th International Conference on Methods and Techniques in Behavioral Research* (Utrecht, The Netherlands, August 28-31).
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Leicester, Leicester, Reino Unido.
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life events. *Legal and Criminological*

- Psychology*, 13, 299-310. doi:10.1348/135532507x209981
- Drake, K. E., Lipka, S., Smith, C., & Egan, V. (2013). The effect of cognitive load on faking suggestibility on the Gudjonsson Suggestibility Scale. *Personality and Individual Differences*, 54, 845–849. doi:10.1016/j.paid.2012.12.011
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia forense: Uma introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Taborda-Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 3-23). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. C., Matos, A., & Simões, A. (2008). Psicologia e justiça: Oportunidades e desafios. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e justiça* (pp. 3-35). Coimbra: Almedina.
- Ginns, P. (2006). Integrating information: A meta-analysis of the spatial contiguity and temporal contiguity effects. *Learning and Instruction*, 16, 511–525. doi:10.1016/j.learninstruc.2006.10.001
- Gheorghiu, V. A. (1989). The difficulty in explaining suggestion: Some conceivable solutions. In V. A. Gheorghiu, P. Netter, H. J. Eysenck, & R. Rosenthal (Eds.), *Suggestion and suggestibility: Theory and research* (pp. 99–112). London: Springer. doi:10.1007/978-3-642-73875-3_6
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *British Journal of Psychiatry*, 142, 35-37. doi:10.1192/bjp.142.1.35
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5, 303-314. doi:10.1016/0191-8869(84)90069-2
- Gudjonsson, G. H. (1987). A parallel form of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *British Journal of Clinical Psychology*, 26, 215-221. doi:10.1111/j.2044-8260.1987.tb01348.x
- Gudjonsson, G. H. (1989). Compliance in an interrogative situation: A new scale. *Personality and Individual Differences*, 10, 535–540. doi:10.1016/0191-8869(89)90035-4
- Gudjonsson, G. H. (1990). The relationship of intellectual skills to suggestibility, compliance and acquiescence. *Personality and Individual Differences*, 11, 227–231. doi:10.1016/0191-8869(90)90236-k
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.

- Gudjonsson, G. H., & Clark, N. K. (1986). Suggestibility in police interrogation: A social psychological model. *Social Behaviour, 1*, 83–104.
- Gudjonsson, G. H., & Lister, S. (1984). Interrogative suggestibility and its relationship with perceptions of self-concept and control. *Journal of the Forensic Science Society, 24*, 99–110. doi:10.1016/s0015-7368(84)72302-4
- Gudjonsson, G. H., & Singh, K. K. (1984). Interrogative suggestibility and delinquent boys: an empirical validation study. *Personality and Individual Differences, 5*, 425–430. doi:10.1016/0191-8869(84)90007-2
- Howard, R., & Chaiwutikornwanich, A. (2006). The relationship of interrogative suggestibility to memory and attention: An electrophysiological study. *Federation of European Psychophysiology Societies*. Singapore: National University of Singapore. doi:10.1027/0269-8803.20.2.79
- Irving, B. (1987). Interrogative suggestibility: A question of parsimony. *Social Behaviour, 2*, 19–28.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin, 114* (1), 3-28. doi:10.1037//0033-2909.114.1.3
- Kassin, S. (2008). The psychology of confessions. *Annual Review of Law and Social Science, 4*, 193-217. doi: 10.1146/annurev.lawsocsci.4.110707.172410
- Liebman, J., Mckinley-Pace, M., Leonard, A., Sheesley, L., Gallant, C., Renkey, M., & Lehman, E. (2002) Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences, 33*, 49-66. doi:10.1016/s0191-8869(01)00135-0
- Lindsay, D. S., & Johnson, M. K. (1989). The eyewitness suggestibility effect and memory for source. *Memory & Cognition, 17*, 349–358. doi:10.3758/BF03198473
- Loftus, E. F., & Hoffman, H. G. (1989). Misinformation and memory: The creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology: General, 118*, 100-104.
- Loftus, E. F., Miller, D. G., & Burns, H. J. (1978). Semantic integration of verbal information into a visual memory. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory, 4*, 19-31. doi:10.1037/0278-7393.4.1.19
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Lisboa: Report Number.
- Mastroberardino, S., & Marucci, F. S. (2012). Interrogative suggestibility: Was it

- just compliance or a genuine false memory? *Legal and Criminological Psychology*, 18, 1-13. doi:10.1111/j.2044-8333.2012.02048.x
- McGroarty, A., & Baxter, J. S. (2007). Interrogative pressure in simulated forensic interviews: The effects of negative feedback. *British Journal of Psychology*, 98, 455-465. doi:10.1348/000712606x147510
- Paas, F., Renkl, A., & Sweller, J. (2003). Cognitive load theory and instructional design: Recent developments, *Educational Psychologist*, 38, 1-4. doi:10.1207/s15326985ep3801_1
- Paas, F., Renkl, A., & Sweller, J. (2004). Cognitive load theory: Instructional implications of the interaction between information structures and cognitive architecture. *Instructional Science*, 32, 1-8. doi:10.1023/b:truc.0000021806.17516.d0
- Paas, F., Tuovinen, J. E., Tabbers, H., & Van Gerven, P. W. M. (2003). Cognitive load measurement as a means to advance cognitive load theory. *Educational Psychologist*, 38, 63-71. doi:10.1207/s15326985ep3801_8
- Pallant, J. (2011). *SPSS survival manual (4th Ed.)*. Buckingham: Open University Press.
- Pinho, M. S. (2008). Factores que influenciam a memória de testemunhas oculares. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e justiça* (pp. 299-330). Coimbra: Almedina.
- Pires, R. (2011). *Estilos de personalidade e vulnerabilidade à sugestão no contexto de uma relação interpessoal*. (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013a). Personality styles and suggestibility: A differential approach. *Personality and Individual Differences*, 55, 381 – 386. doi:10.1016/j.paid.2013.03.017
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013b). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54, 251-255. doi:10.1016/j.paid.2012.09.008
- Polczyk, R., Wesolowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1097-1107. doi:10.1002/acp.1073
- Pollard, R., Trowbridge, B., Slade, P. D., Streissguth, A. P., Laktonen, A., &

- Townes, B. D. (2004). Interrogative suggestibility in a US Context: Some preliminary data on normal subjects. *Personality and Individual Differences*, 37 (5), 1101-1108. doi:10.1016/j.paid.2003.12.004
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36 (2), 485-494. doi:10.1016/S0191-8869(03)00263-0
- Ridley, A. (2013). Sugestibility: A History and Introduction. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Roy (Eds.) *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp. 1 - 19). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Ridley, A., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory*, 14 (1), 37-45. doi:10.1080/09658210444000494
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Santos, P. J., & Maia, J. (1999). Adaptação e análise factorial confirmatória da Rosenberg self-esteem scale com uma amostra de adolescentes: Resultados preliminares. In *Avaliação psicológica: Formas e contextos* (vol. VI, pp. 101-103). Braga: Apport.
- Santos, P. J., & Maia, J. (2003). Análise factorial confirmatória e validação preliminar de uma versão portuguesa da Escala de Auto-Estima de Rosenberg. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 8, 253-268.
- Schooler, J. W., & Loftus, E. F. (1986). Individual differences and experimentation: complementary approaches to interrogative suggestibility. *Social Behaviour*, 1(2), 105-112.
- Smith, P., & Gudjonsson, G. H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety, and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19, 517-523. doi:10.1016/0191-8869(95)00085-K
- Sweller, J. (1988). Cognitive load during problem solving: Effects on learning. *Cognitive Science*, 12, 257-285. doi:10.1207/s15516709cog1202_4
- Thorley, C. (2013). Memory conformity and suggestibility. *Psychology, Crime, & Law*, 19, 565-575. doi:10.1080/1068316x.2011.648637
- Vrij, A., Fisher, R. P., Mann, S., & Leal, S. (2008). A cognitive load approach to lie

- detection. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 5, 39–43. doi:10.1002/jip.82
- Wechsler, D. (1997). *Escala de inteligência de Wechsler para adultos – 3ª Edição: Instruções para a administração e cotação*. Lisboa: CEGOC-TEA.
- Wells, G. L., Memon, A., & Penrod, S. D. (2006). Eyewitness evidence: Improving its probative value. *Psychological Science in the Public Interest*, 7(2), 45-75. doi:10.1111/j.1529-1006.2006.00027.x
- Woolston, R., Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2006). Patterns of malingering and compliance in measures of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 40, 453-461. doi:10.1016/j.paid.2005.10.010
- Yarney, D. A. (2006). Depoimentos de testemunhas oculares e auriculares. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 227-258). Coimbra: Almedina.
- Zaragoza, M. S., & Lane, S. M. (1994). Source Misattributions and the suggestibility of eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 20 (4), 934-945. doi:10.1037//0278-7393.20.4.934
- Zeilger-Hill, V. (2011). The connections between self-esteem and psychopathology. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 41 (3), 157-164. doi:10.1007/s10879-010-9167-8

Anexos

Anexo I – Formulário de Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado _____, estou de acordo em participar no estudo referente à dissertação de Mestrado em Psicologia Forense do aluno João Manuel Borges Dinis, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Foi-me apresentada uma explicação acerca da natureza e objetivos do estudo, concedida a possibilidade de colocar questões e esclarecidos todos os aspetos que me pareceram importantes.

Sei que sou livre de abandonar o estudo, se for esse o meu desejo.

Foi-me garantido que a minha identidade jamais será revelada e os dados permanecerão confidenciais.

Assinatura do investigador:

Assinatura do participante:

Data:

___/___/_____

Anexo II – Gráfico da ANOVA bi-fatorial

